

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
BACHARELADO

ADRIANA MARIA LASTE BEDNARZ

BECO DA DESORDEM:

RUA 3 DE NOVEMBRO E AS REFORMAS URBANAS NA
ADMINISTRAÇÃO JOSÉ LOUREIRO DA SILVA (1937-1943)

ORIENTADORA: PROF^a DR^a CLÁUDIA MAUCH

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2011

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Adriana Maria Laste Bednarz

Beco da desordem: rua 3 de Novembro e as reformas urbanas na
administração José Loureiro da Silva (1937-1943)

Monografia apresentada à Banca de
Avaliação integrada pelos professores
doutores Cláudia Mauch, Anderson Zalewski
Vargas e Luiz Alberto Grijó como requisito
parcial para a obtenção do título de bacharel
em História pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, dezembro de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO-SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História/Comgrad História

ATA DE AVALIAÇÃO - TCC

Aos seis dias de dezembro de 2011, reuniu-se a Banca de Avaliação para, em sessão pública, realizar a avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de História intitulado Beco da desordem: rua 3 de Novembro e as reformas urbanas na administração José Loukeiro da Silva (1937-1943) de autoria de Adriana Maria Laste Bednarek número do cartão da UFRGS 136649, sob a orientação do(a) professor(a) Cláudia Mauch. Após os procedimentos de avaliação, os membros da Banca decidiram Aprovar o Trabalho, atribuindo a ele o conceito A. E por ser verdade, eu, professor(a) Cláudia Mauch, presidente dos trabalhos da Banca de Avaliação, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por seus demais membros.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2011.

Presidente Prof(a) Cláudia Mauch : Cláudia Mauch
Nome Assinatura

Avaliador Prof(a). Anderson Z. Vargas : Anderson Z. Vargas
Nome Assinatura

Avaliador Prof(a). Luiz Alberto Grejó : Luiz Alberto Grejó
Nome Assinatura

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas queridas que contribuíram para que eu atingisse um objetivo que se concretiza, simbolicamente, neste TCC de bacharelado em História. Trata-se de um resgate importante a conclusão de um curso iniciado há cerca de trinta anos, e que foi interrompido em função de outras experiências também valiosas. Se eu tentar nominar todos aqueles que colaboraram nesta trajetória, correrei o risco de esquecer alguém. Devo, entretanto, mencionar algumas pessoas.

Agradeço especialmente ao meu companheiro de curso e de vida, Mario Corrêa, cujo apoio foi fundamental e que pacientemente ajudou-me a superar as incertezas e as angústias que surgiram durante o curso e na construção deste trabalho. Também pelas várias leituras críticas do texto, pela ajuda nos arquivos, selecionando e fotografando as fontes, pela edição das fotos que ilustram a monografia e pela formatação do índice.

Agradeço aos meus pais, Karol e Dirce, por tudo.

À professora Cláudia Mauch agradeço por ter me honrado com a sua luxuosa e segura orientação, pelas conversas que me deixaram mais confiante, por apontar caminhos possíveis, pelas indicações bibliográficas e pelas críticas.

Aos professores Anderson Zalewski Vargas e Luiz Alberto Grijó agradeço por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

Agradeço à Helena Christ pelo suporte psicológico que tem me ajudado a desatar muitos nós criados ao longo da vida.

Agradeço à Lisandra Menna Barreto e à Sibeles Garcez pelo incentivo, à Josiane Taffarel pelas leituras comentadas, e ao Carlos Dario Daudt Filho por possibilitar a realização da minha pesquisa e a conclusão desta monografia.

E, finalmente, agradeço às equipes de atendimento do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho e do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa pela atenção e pela gentileza.

RESUMO

Este trabalho aborda a eliminação do antigo Beco do Oitavo, no contexto das reformas urbanas realizadas em Porto Alegre na primeira gestão do interventor municipal José Loureiro da Silva (1937-1943). A questão foi considerada tão urgente, que a demolição dos sobrados ocorreu antes mesmo da sua desocupação pelos moradores, de serem cumpridos os trâmites legais relativos às desapropriações e de estarem garantidos os recursos financeiros necessários para tanto. Sob o pretexto de modernização da capital gaúcha, o alargamento da pequena rua 3 de Novembro, atual Desembargador André da Rocha, implicou a expulsão de moradores pobres e estigmatizados do centro da cidade. O objetivo da pesquisa foi elucidar as motivações da administração pública para priorizar esta obra, tendo em conta que a população sofria com o alto custo de vida e a precariedade das redes de energia elétrica e saneamento básico. Para esclarecer como foi legitimado e sustentado junto à opinião o excludente projeto modernizador do Estado Novo, foram analisados os documentos do Executivo Municipal e os jornais porto-alegrenses *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Palavras-chave: modernidade; reformas urbanas; Porto Alegre; Estado Novo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 OS ESPAÇOS DA CIDADE	8
1.1 Beco da desordem	14
1.2 Contexto.....	17
2 PICARETAS DO <i>PROGRESSO</i> E DA <i>MORAL</i>	20
3 A IMPRENSA AMORDAÇADA	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRÊS PESOS E TRÊS MEDIDAS.	36
FONTES E BIBLIOGRAFIA	42
ANEXO I	47
ANEXO II	48
ANEXO III	49

INTRODUÇÃO

19 de fevereiro de 1938. Sete horas da manhã. O silvo de um apito é o aviso de ordem: duzentos operários, com pás e picaretas, iniciam a demolição de 23 *velhos pardieiros* desapropriados. Loureiro da Silva, logo cercado por curiosos, faz questão de assistir ao início do fim do famoso “Beco do Oitavo”. Com isso, alarga-se a rua em cinco metros, providência indispensável para ligar a parte baixa da cidade e a Avenida João Pessoa. “Além disso, *desaparecerá um cancro social* que vinha sendo o terror dos habitantes das Ruas Avaí, Lima e Silva e Duque de Caxias.” É um espetáculo que as testemunhas não esquecem: *velhas e jovens prostitutas e seus malandros gigolôs*, surpreendidos, acordam seminus, e protestam, aos gritos. Mas o ruído produzido pelos trabalhadores abafa as reclamações e todos acabam refugiados na Rua Pantaleão Teles [atual Rua Washington Luiz], para onde já haviam transferido várias donas de *prostíbulos*. Em dois dias, nada resta do célebre *beco da desordem*, embora a inconformidade, com recurso à Justiça, dos proprietários das edificações, pelos valores indenizatórios. E logo começam os trabalhos de alinhamento e colocação de paralelepípedos.¹

Assim foi noticiado o fim do famoso Beco do Oitavo pelo jornal *Folha da Tarde*. Esta matéria é apresentada na biografia *Loureiro da Silva: o Charrua*, em meio à exaltação da personalidade do interventor e das obras executadas naquela administração. O jornalista Celito De Grandi não faz qualquer referência à questão social envolvida no episódio. Cita o artigo para demarcar o começo das reformas e dizer que, “ao longo dos próximos seis anos, Loureiro dedica tempo integral à tarefa que se impôs de consertar a fisionomia de Porto Alegre e, para isso, desapropria um total de 907 imóveis.”²

Apenas quatro meses depois de assumir o cargo de prefeito, José Loureiro da Silva deu início a uma das maiores intervenções já realizadas na cidade, e o alargamento da 3 de Novembro provavelmente foi a primeira obra a ser executada. Em razão da reforma, a pequena rua de 355,39 metros de comprimento teve 63 imóveis desapropriados entre 1938 e 1939, o que a coloca em terceiro lugar quanto ao número de desapropriações por obra

¹ *Folha da Tarde*, 19 de fevereiro de 1938, p. 5. apud DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002, p. 94. (Grifo meu)

² DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002, p. 94.

executada, perdendo apenas para a abertura da avenida Farrapos, com 5.509 metros de comprimento, e a retificação do Riacho.³

Causou-me estranheza a prioridade dada pela administração municipal à demolição do Beco do Oitavo. Afinal, a rua onde estava localizado iniciava na avenida João Pessoa e terminava na rua General Lima e Silva (Anexo I), aparentemente sem importância significativa em termos de conexão viária com as demais áreas da cidade. Mais impressionante é o fato de que as demolições dos sobrados, que abrigavam diversos cortiços e uma multidão dos chamados “desclassificados”, iniciaram antes mesmo da completa desocupação pelos moradores. Partindo destas questões estabeleci os recortes espacial e temporal deste trabalho: a rua 3 de Novembro (antigo Beco do Oitavo, atual rua Desembargador André da Rocha) no contexto das reformas realizadas em Porto Alegre na primeira gestão de José Loureiro da Silva (1937-1943).

A ideia de estudar as parcelas pobres da população atingidas pelas intervenções urbanas surgiu da leitura de *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*.⁴ Neste artigo, Paulo César Marins relaciona a política implementada nas principais capitais brasileiras pelos sucessivos governos republicanos às demandas das elites emergentes, no sentido de garantir a especulação imobiliária e a criação de vizinhanças homogêneas. Tal intenção estaria articulada com as obras nas áreas centrais, e a decorrente expulsão dos pobres para a periferia. De acordo com Marins, a partir do Estado Novo uma parcela da classe trabalhadora teve acesso a casas populares, significando uma mudança na política urbana. Ocorre que, com o crescente déficit habitacional em razão do êxodo rural, a proliferação de habitações precárias nas principais capitais do país fugiu ao controle – estas casas receberam diferentes nomes nas diferentes regiões do país, tais como mocambos no Nordeste e malocas no Rio Grande do Sul. Em Recife, por exemplo, foi criada a Liga Social contra o Mocambo que “entre 1940 e 1945 promoveu a demolição de cerca de cem mocambos por semana! [...] Os pardieiros foram postos abaixo, expulsando moradores e extinguindo serviços que ainda se mantinham no

³ SILVA, José Loureiro da. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943, p. 91.

⁴ MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. vol. 3, p. 131-214. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

centro da cidade.”⁵ Naquela capital, o discurso oficial apresentava as reformas como uma possibilidade de melhoria das condições de vida do povo, “construindo casas populares e libertando Pernambuco do ultraje dos mocambos,”⁶ sem levar em conta que o ritmo das demolições ia muito além da oferta governamental de novas moradias.

O período abordado coincide com a consolidação de uma nova ordem política, social e econômica no Brasil.⁷ O forte crescimento demográfico urbano e as demandas por infraestrutura resultantes do desenvolvimento no setor industrial levaram o governo federal a estimular programas de reformas urbanas em várias capitais do país. Além da verticalização, da construção de perimetrais, radiais, linhas de bondes e redes de saneamento básico, necessárias à urbe em franca expansão, o projeto para a inserção do Brasil na modernidade incluía a reordenação dos espaços públicos e dos diferentes segmentos sociais, prevendo a criação de vizinhanças homogêneas e a remoção da população pobre que habitava a área central das grandes cidades brasileiras.⁸

No Rio Grande do Sul, diferentemente do que ocorreu em outros estados, a estratégia utilizada por Getúlio Vargas para garantir a sustentação do seu projeto nacional desenvolvimentista foi a preservação de dissidentes das forças políticas tradicionais em postos-chaves da administração, o que, de acordo com Sander Braga,⁹ propiciou uma certa continuidade no fazer político local. Os intendentes José Montauray (1908-1924), Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937) já haviam elaborado projetos e executado grandes obras objetivando modernizar a capital gaúcha. Em uma nova conjuntura, a intervenção capitaneada por Loureiro concretizou algumas propostas urbanísticas de seus antecessores, resgatando ideias que vinham do Barão de Haussmann, prefeito de Paris no século XIX, e do Plano de Melhoramentos elaborado pelo engenheiro e arquiteto João Moreira Maciel a pedido de Borges de Medeiros.

Porto Alegre cresceu vertiginosamente na década de 1930. A mecanização no campo rio-grandense fez com que cada vez mais agricultores buscassem uma alternativa nas

⁵ MARINS, Paulo César Garcez, Op cit., p. 203.

⁶ Idem, ibidem, p. 204

⁷ WASSERMAN, Cláudia. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 22.

⁸ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., p. 131-214.

⁹ BRAGA, Sander Bernardo. *A continuidade na descontinuidade: o governo do prefeito José Loureiro da Silva em Porto Alegre durante o Estado Novo (1937-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS. Porto Alegre: 2002. p. 42.

fábricas ou no comércio, os quais, apesar do crescimento, não tinham condições de absorver toda a mão de obra que acorria à capital. O excedente viu-se obrigado a procurar trabalhos alternativos ou informais e, com os alugueis cada vez mais caros e escassos, muita gente acomodou-se como pode em cortiços ou malocas: “Em nossa capital, os anos 40 atestariam o surgimento de moradias precaríssimas, que surgiram com a mesma velocidade em que o desemprego assolava a população, originária principalmente do meio rural.”¹⁰ Para se ter uma ideia da dimensão do problema, entre 1940 e 1950 mais de 70% do aumento da população de Porto Alegre foram decorrentes do êxodo rural.

Minha pesquisa foi motivada pela perplexidade e indagações suscitadas pelo processo de desapropriações, que aponta para a intenção de uma verdadeira *faxina social* na região central da cidade. Nas palavras de Walter Spalding,¹¹ o Beco do Oitavo “era habitado por toda uma *escória social* e local de brigas e constantes assassinatos,”¹² fornecendo um indício de que a obra tinha objetivos que transcendiam questões técnicas. Com certeza, existiram diferentes interesses envolvidos nas desapropriações e no alargamento da rua 3 de Novembro, que poderiam ser investigados junto aos registros cartoriais e aos contratos entre empresas de serviços públicos e loteadoras, por exemplo. Entretanto, por se tratar de pesquisa a ser desenvolvida em curto espaço de tempo, optei por restringir o foco da análise.

No primeiro capítulo, desenhei o cenário no qual se desenrolaram os eventos abordados neste trabalho. Apresentei um breve histórico da cidade de Porto Alegre, dando destaque ao Beco do Oitavo, e, resumidamente, o contexto do Estado Novo, recém instaurado e de importância capital para o projeto de Loureiro. Busquei subsídios em trabalhos acadêmicos, mapas e impressões de cronistas.

No segundo capítulo, apontei a lente para a “onda civilizadora e progressista” que invadiu Porto Alegre na primeira gestão de Loureiro da Silva. Procurei elucidar as razões para a premência do alargamento da 3 de Novembro e os recursos utilizados para legitimar o excludente programa de reformas junto à opinião pública, tendo em conta a gravíssima crise econômica que o Município enfrentava, bem como o declarado comprometimento do interventor em equilibrar as finanças e “solucionar a situação da pobreza porto-alegrense”.

¹⁰ BRAGA, Sander Bernardo, Op. cit., p. 89.

¹¹ Walter Spalding foi Diretor do Arquivo da Prefeitura de Porto Alegre na gestão de Loureiro da Silva.

¹² SPALDING, Walter. *Pequena História de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 261. (grifo meu)

Para tanto, pesquisei os poucos documentos do Executivo Municipal referentes ao período disponíveis para consulta no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV). Levantei algumas informações sobre o custo das obras, a origem dos recursos orçamentários, as parcerias envolvidas nos projetos, comparando os dados entre diferentes relatórios e levando em conta que “tampouco esses discursos [que dão a ver o urbano sob um aspecto técnico] deixam de empregar metáforas para qualificar a cidade, partilhando assim, eles também, essa possibilidade de qualificar o mundo e de senti-lo, desta ou daquela forma.”¹³

No terceiro capítulo, procurei desvendar o posicionamento dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* em relação às prioridades do poder público na execução das obras, situando o caso da rua 3 de Novembro no contexto mais amplo das reformas. Levei em conta a escolha da data para as publicações e a editoração dos textos, o que indica a relevância do tema para os jornais, e estive atenta ao fato de que as manifestações dos leitores ali publicadas não expressavam necessariamente as opiniões da maioria, e sim as opiniões autorizadas pelos editores. O *Correio* proclamava seu jornalismo como independente, que buscava a verdade editorial, entretanto “em 1930 o jornal apoiou a campanha política de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência da República, e após a sua derrota, o *Correio do Povo* viria a acompanhar, dia após dia, a revolução que levaria o político ao Catete.”¹⁴

Enquanto todos os jornais político-partidários eram fechados durante o Estado Novo, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, proprietária do *Correio do Povo*, e o *Diário de Notícias*, de Assis Chateaubriand, firmavam-se como empresas que também lucravam com anúncios publicitários.¹⁵ O *Correio* se dizia imparcial e era considerado mais conservador que o *Diário*, o qual também apoiou Getúlio em 1930. Na opinião da historiadora Derocina Sosa, o *Diário* era mais direto nas informações e mais crítico nos posicionamentos que o *Correio*, “não deixando porém, de realinhar-se às diretrizes que a própria política apontava depois,

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, nº 53, p. 19. São Paulo:, jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso

¹⁴ CARREIRA, Maria Antonia Stumpf. *Cidade, imprensa e arquitetura: as crônicas e os debates de modernização em Porto Alegre, 1928-1937*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) USP São Carlos: 2005, p.35. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&lang=pt-br&id=E7A4211A2DBE

¹⁵ CERONI, Giovani Costa. *A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. Dissertação (Mestrado em História) PUCRS. Porto Alegre: 2009, p. 42. Disponível em: <http://verum.pucrs.br/ppgh>

visto que, como os demais dependia da concordância do governo para continuar existindo em momentos de exceção como no pós-37, por exemplo.”¹⁶ Quanto à forma de indagar os textos, Tânia De Luca observa que interessam “menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, (...) também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem.”¹⁷ Enfim, acredito que os jornais ajudaram a esclarecer como o discurso da imprensa procurou engendrar o projeto modernizador de Loureiro da Silva no imaginário dos leitores.

Existem poucos trabalhos acadêmicos que abordam as remodelações urbanas no contexto do Estado Novo. As inúmeras pesquisas sobre as reformas realizadas em Porto Alegre privilegiam as administrações positivistas da Primeira República, e as publicações encontradas não tratam especificamente sobre a problemática da rua 3 de Novembro. A documentação também é escassa, foi necessário um paciente trabalho de garimpagem nos registros do Executivo Municipal. Além disto, a transparência na documentação oficial e no noticiado pela imprensa não é o ponto forte em um regime de exceção, o que nos obriga a depurar as informações, a ler nas entrelinhas o verdadeiro significado das *fontes*, interrogar e traduzir os silêncios contidos nas mesmas.

Pesquisei os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* no período de outubro/1937 a abril/1938, e utilizei uma matéria de jornal citada por Celito De Grandi, porque os arquivos visitados simplesmente não possuem tal edição da *Folha da Tarde*, impossibilitando confrontar o conteúdo de toda a reportagem. Cabe aqui registrar que a precariedade material dos nossos arquivos é lastimável, o que dificulta o trabalho do pesquisador: coleções incompletas, acervos em péssimo estado de conservação, dependências para a guarda de documentos em condições, às vezes, insalubres e salas de pesquisa sem estrutura para o manuseio adequado do material. Além disto, o pessoal responsável pelos acervos não é especializado, o atendimento é, na maioria das vezes, feito por estagiários não cursando Arquivologia ou História. No AHPAMV, por exemplo, o responsável pelo atendimento estudou arquitetura, o que o torna um diletante dedicado, porém não um especialista. Isto preocupa pelo tamanho do acervo que o AHPAMV abriga, cerca de um milhão e trezentos

¹⁶ SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Tese (Doutorado em História) PUCRS. Porto Alegre: 2005, p. 91. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=14770

¹⁷ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*, p. 114. São Paulo: Contexto, 2005.

mil documentos, conforme a página da prefeitura na *internet*. No Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, que abriga um bom acervo de jornais, com algumas coleções bastante completas, a equipe de atendimento é pequena para a grande demanda de pesquisadores, e o estado de conservação dos jornais é quase deplorável. Com as páginas ressecadas, correm o risco de se fragmentarem a um movimento menos, ou até mesmo, cuidadoso.

As dificuldades históricas enfrentadas pelos arquivos de Porto Alegre revelam o descaso do poder público e dos gestores privados, que não têm investido os recursos materiais e humanos necessários. Infelizmente, esta é a realidade e cabe a nós, agora com a profissão reconhecida, lutarmos para melhorar e ampliar nosso campo de atuação.

1 OS ESPAÇOS DA CIDADE

Espaço maldito da urbe, os *becos* não eram atingidos pelos melhoramentos urbanos pelos quais se empenhava a municipalidade. A qualificação dos lugares colocava-os no oposto das intenções dos políticos e técnicos, que objetivavam tornar o 1º distrito o *cartão de visitas* da cidade.¹⁸

A cidade ainda não existia oficialmente quando, em 1773, o governador José Marcelino de Figueiredo decidiu transferir a sede da Capitania para a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais atraído pela localização privilegiada do povoado, uma península que contava com um pequeno porto onde se desenvolvia o comércio. Segundo Sérgio da Costa Franco,¹⁹ a atual capital gaúcha “nasceu marcada pelo destino de ser um entreposto comercial” em função da estreita ligação com o porto.

Desde que os casais açorianos iniciaram a ocupação da ponta da península, o porto mantém-se imbricado à história da cidade, presente inclusive em todas as suas denominações: Porto de Viamão, Porto de São Francisco dos Casais e, finalmente, Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre ou simplesmente Porto Alegre. As águas de quatro rios (Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí) transformam o Guaíba em uma fabulosa estrada líquida para as transações comerciais e, naqueles tempos de guerra, facilitava as movimentações estratégicas. Durante a Revolução Farroupilha, por exemplo, o cerco a Porto Alegre (1836-1840) nunca foi completo, porque a população era abastecida com alimentos trazidos de Rio Grande transportados em barcos que burlavam a vigilância dos sitiantes.²⁰

A transferência da Administração impulsionou o desenvolvimento de Porto Alegre, e despertou a preocupação do poder público em aparelhar a “Capital de fato de todo o Continente”²¹ para abrigar a estrutura burocrática e as unidades militares que chegavam ao sul objetivando expulsar os espanhóis de Rio Grande.²² Com o súbito adensamento demográfico no entorno da península, a população foi ocupando os espaços vazios em

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. *Revista Brasileira de História*, 1999, vol. 19, nº. 37. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso

¹⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 9-12.

²⁰ Idem. *A velha Porto Alegre: crônicas e ensaios*. Porto Alegre: Canadá, 2008, p.102-103.

²¹ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 59.

²² FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000, p. 21.

direção ao alto da colina, afastando-se cada vez mais do Guaíba onde tradicionalmente era realizado o abastecimento de água para consumo. Foi necessário construir, em 1779, duas fontes públicas para atender estes moradores, “uma na antiga várzea, abaixo da atual praça Argentina e outra na rua Jerônimo Coelho, esquina da rua General Paranhos.”²³ O íngreme atalho utilizado pelos moradores da atual rua Duque de Caxias para chegar à fonte da praça Argentina ficou popularmente conhecido como Beco da Fonte, mais tarde Beco do Jacques, atual rua 24 de Maio. A partir de 1794, o poder público começa a normatizar o uso do espaço urbano, determinando o calçamento do passeio em frente às casas.

Quando o Imperador elevou Porto Alegre à categoria de cidade em 1822, a principal movimentação comercial ocorria na rua da Praia, perto da praça da Alfândega, onde existia um trapiche de madeira que se projetava sobre o Guaíba para as embarcações atracarem.²⁴ A esta altura, “a nova cidade, em si, continuava a mesma ‘vila colonial’, mais povoada – cerca de 12.000 habitantes – pouco mais do duplo dos de 1809, com muitas casas novas e ruas.”²⁵ As atividades de navegação e comércio transformaram os logradouros próximos ao porto nos mais importantes da cidade,²⁶ a qual “se resumia, basicamente, em três longas ruas – a da Igreja, a da Ponte e a da Praia (atuais Duque de Caxias, Riachuelo e Andradas) – cortadas por uma dúzia de travessas ladeiradas e irregulares.”²⁷ Era nesta área que a maior parte dos habitantes trabalhava e residia. A Revolução Farroupilha (1835-1845) obrigou a população a concentrar-se ainda mais na região central, sob a proteção das muralhas, e, nas palavras da historiadora Cláudia Mauch,²⁸

[...] a concentração da população, a presença de tropas e a dificuldade de escoamento do lixo deixaram a cidade em péssimas condições de salubridade, levando a Câmara Municipal a regulamentar os locais onde poderiam ser lançados os detritos. O problema dos despejos de lixo será preocupação constante das autoridades até meados do século XX e, porque não dizer, até hoje.

Mesmo quando as muralhas tornaram-se desnecessárias, e a cidade pode se expandir, o centro continuou sendo a área mais povoada, e era no centro, onde

²³ MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1993, p. 32.

²⁴ FRANCO, Sérgio da Costa, 1983, Op. cit., p. 20-21.

²⁵ SPALDING, Walter, Op. cit., p. 88.

²⁶ MACEDO, Francisco Riopardense de, 1968, Op. cit.p. 61.

²⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. 1983, Op. cit., p. 20-21.

²⁸ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 70.

“aglomerados de casas de todos os tipos, num cruzamento de ruas e becos, exibiam um crescimento anárquico,”²⁹ que se verificava uma coexistência forçada entre ricos e pobres. Para que se tenha ideia do tamanho da cidade, por volta de 1858 a população foi estimada em 17.226 habitantes, e o açougue mais distante do centro ficava na rua da Olaria nº 24, bem no início da atual rua General Lima e Silva.³⁰

Instaurada a República, a cidade precisava ser “civilizada” para bem representar os ideais das elites emergentes. O novo governo era autoritário, inspirado no positivismo de Comte e seu projeto consistia em promover o desenvolvimento econômico do estado, inserindo-o na modernidade. O termo *modernidade* é aqui utilizado para referir um processo histórico vinculado à implantação de uma nova ordem política, social e econômica no Brasil. No debate político do final do século XIX, os republicanos buscaram espaço caracterizando como *atraso* tudo o que se vinculasse ao regime monárquico. A partir de 1889, quando um golpe militar derrubou a monarquia, os novos administradores do país deram início a grandes transformações nas principais cidades brasileiras, “ordenando, higienizando e embelezando os espaços”, de forma a eliminar os vestígios do passado colonial e a concretizar uma nova concepção de *futuro*. Ao abordar este período, o cronista Nilo Ruschel³¹ assinalou que o velho casario colonial português de Porto Alegre começou a perder espaço para imponentes construções em estilo barroco alemão:

[O engenheiro Rodolfo] Ahrons, trazendo para cá o arquiteto [alemão] Theo Wiederspahn, europeizou a fisionomia de Pôrto Alegre, de cidade açoriana que era. Isso mais se acentuou com o friso do cáis do pôrto, também por êle construído. Foi como se passasse uma borracha no desenho antigo, todo recortado de trapiches e docas, para traçar com régua o risco moderno que iria sublinhar a visão de uma cidade nova.

Para Maria Tereza Mello,³² em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, *república* foi o nome brasileiro da *modernidade* e, conforme Pesavento,³³ a partir da República “Porto Alegre se quer burguesa, bela, moderna,

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p. 86.

³⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. 1983, Op. cit., p. 40.

³¹ RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971, p. 176.

³² MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo: Rev. do Depto de História da UFF*. Rio de Janeiro: vol. 13, nº 26, p. 18, jan 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/sumarios2.php>

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1999, Op. cit.

higiênica, ordenada... e branca.” Neste projeto, os becos se impunham como espaços de exclusão, reduto dos grupos estigmatizados.

Segundo o historiador Charles Monteiro,³⁴ os *becos* do centro eram os locais onde moravam e trabalhavam as *classes populares* e que, depois de alargados e pavimentados, transformavam-se em *travessas*. Na definição do dicionário Houaiss, *beco* é uma rua estreita e curta, por vezes sem saída, que também pode ser denominada *ruela* ou *travessa*. Entretanto, como observa Pesavento,³⁵ a *travessa* não comporta a carga pejorativa do *beco*. Na forma figurada, o *beco* é um significante da situação difícil e embaraçosa criada pela coexistência de um grande desnível social em um mesmo espaço.

A linguagem da estigmatização alcançava as edificações dos becos. Seus cortiços, que também abrigaram escravos forros e fugidos da Porto Alegre oitocentista, são definidos por Paulo Moreira³⁶ como “conjuntos habitacionais compostos de minúsculos casebres (quartos) distribuídos ao longo de um pátio, local de ‘serventia comum’ dos inquilinos para lavagem de roupas, cozinha, encontros – muitas vezes localizados aos fundos de uma venda ou taverna.” Registros da década de 1860 já mencionam a construção de moradias coletivas irregulares, “espécie de galpões formados por um conjunto de cubículos, chamados *cortiços*.”³⁷

O "cortiço", habitação coletiva de gente pobre, é uma criação do fenômeno do adensamento populacional urbano. O "cortiço" é, por assim dizer, filho da questão social e iniciativa de capitalistas dedicados a explorar a escassez de moradia vinculada à valorização do solo urbano.

[...]

No conjunto, as designações de "pardieiros, porões, cortiços e avenidas" referiam-se a habitações coletivas, superlotadas, infectadas e condenadas pela opinião pública em geral e pelo discurso oficial, que procurava coibir a sua proliferação no centro da cidade.³⁸

O cortiços abrigavam os pobres, entre os quais biscateiros, prostitutas e negros – as camadas populares, cujo comportamento afrontava a moral de outras parcelas da população

³⁴ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 269.

³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy, Op. cit., 1999.

³⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 59.

³⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1998, Op. cit., p. 86.

³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy,, 1999, Op. cit.

e que eram apontadas como “classes perigosas”. Sidney Chalhoub³⁹ assinala que o conceito de “classes perigosas” surgiu na França e emergiu no debate dos parlamentares brasileiros logo após a abolição, durante a análise de um projeto de lei sobre repressão à ociosidade – na verdade, um instrumento para garantir uma nova organização do trabalho sem recorrer às políticas de dominação típicas do cativo. Preocupados em fundamentar uma “estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva,” os deputados inventaram uma *teoria de suspeição generalizada*, construída sobre a ideia de que: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade.” Para os políticos da época, as classes pobres eram duplamente perigosas, porque ameaçavam não apenas a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública, mas também ofereciam o perigo da propagação de doenças.

No final do século XIX, os médicos higienistas e as elites cariocas em geral associavam os cortiços à propagação da epidemia de febre amarela: “Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as *classes perigosas* que nele residiam.”⁴⁰ Nesta linha, promoveram uma verdadeira *cruzada* contra os becos, seus cortiços, seus moradores e seus estabelecimentos comerciais, estes últimos chamados de “espeluncas” para fazer imaginar um local sujo e mal frequentado, onde a bebedeira, o crime e a obscenidade eram praticados e estimulados.⁴¹ Em Porto Alegre, os jornais *A Gazetinha* e *Gazeta da Tarde* definiam estes locais como “zonas de desordem”, onde circulavam ou moravam “indivíduos degenerados”. A campanha de *saneamento moral* promovida pela imprensa era direcionada principalmente contra os becos localizados no 1º distrito, o centro da cidade.⁴²

A chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX transformou Porto Alegre no grande entreposto de produtos da zona colonial alemã e marcou o início do processo de industrialização.⁴³ A cidade crescia, e quanto mais ela crescia mais visível se tornava a diversidade social nos espaços públicos:

³⁹ CHALHOUB, Sidney, Op. cit., p. 22-24.

⁴⁰ CHALHOUB, Sidney, Op. cit., p. 22.

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1999, Op. cit.

⁴² MAUCH, Cláudia, Op. cit., p. 81, 84 e 85.

⁴³ FRANCO, Sérgio da Costa, 1983, Op. cit., p. 38-39.

[...] Um povo sem rosto parecia habitar as ruas. Eram, em princípio, pobres, mal vestidos, muitas vezes mal-encarados e frequentemente atemorizavam a vida das famílias burguesas. A caminho do trabalho, na volta da fábrica, fazendo biscates, mendigando ou simplesmente flanando, a rua parecia lhes pertencer.⁴⁴

Surgiram então o que Pesavento⁴⁵ denominou *redutos de sociabilidades*, muitos deles com distinções sexuais e sociais marcadas. A rua da Praia, por exemplo, era um espaço de sociabilidade tanto das elites quanto das camadas médias: vitrine das novidades culturais, palco para as discussões políticas. Na principal artéria da cidade não havia especialização dos espaços de trabalho e moradia, um *zoneamento*. Muitos estabelecimentos comerciais serviam também de moradia para as camadas médias, e ao lado de lojas de artigos de luxo existia o pequeno comércio.⁴⁶ A elite letrada⁴⁷ formava uma rede social conhecida como *o Grupo*, que percorria a pé a rua da Praia e arredores, entre os cafés, bares, redações de jornais, repartições públicas, etc. Os cafés eram *redutos de sociabilidades* masculinas, as confeitarias eram frequentadas por mulheres elegantes e sempre acompanhadas. Assim como os clubes, “estes locais públicos funcionavam como que uma extensão do domínio privado burguês.”⁴⁸

Mas nas vias públicas, nas praças e nos parques não havia como impedir a circulação de todos, e “as ruas se enchiam de gente do povo, num vaivém promíscuo de trajés e odores, que colocava lado a lado a distinta senhora que ia às compras com um descuidado cangueiro a caminho do porto.”⁴⁹ Os moradores endinheirados do centro, incomodados com a alteridade social da vizinhança, começaram a construir seus palacetes em locais considerados mais *nobres*, como a rua Duque de Caxias e a avenida Independência, no topo da colina, também conhecida como *Cidade Alta*. Alugavam então os velhos sobrados, cujos porões eram sublocados para pessoas com poucos recursos financeiros. O aumento do imposto predial urbano no final do século XIX elevou o valor dos alugueis na área mais central,⁵⁰ forçando os pobres, cada vez mais numerosos, a se mudarem para a *Cidade Baixa*, que naquele tempo abrangia uma longa região ao sul da

⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1998. Op. cit., p. 84.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 86.

⁴⁶ MONTEIRO, Charles. Op. cit., p. 260-263.

⁴⁷ A elite letrada é aqui representada por intelectuais, jornalistas, políticos, historiadores e artistas.

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1998. Op. cit., p. 84

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem. p. 97. Também em MONTEIRO, Charles, Op. cit., p. 264.

Colina da Matriz (atual rua Duque de Caxias). Ali, os alugueis eram mais baratos, e bastava subir a rua Marechal Floriano, entre Duque de Caxias e Coronel Fernando Machado, para se chegar ao centro, onde a maioria trabalhava.

Os becos eram *redutos de sociabilidade* das classes populares. Gaston Mazon⁵¹ escreveu em 1949 que algumas pessoas preferiam alcançar o centro subindo o Beco do Meireles (atual Av. Borges de Medeiros), “porém não era grande o trânsito, porque se arriscavam a ficar ‘mal vistos’ e as famílias passavam de cara virada, mesmo que fosse pelas esquinas.”

Antes da abertura da Avenida Borges de Medeiros, a Cidade Baixa constituía assim como que um complemento do resto de Pôrto Alegre. O povo que habitava naquela zona era olhado "por cima dos ombros" e considerado "gentinha", que só comia carne, arroz e feijão...

Os administradores municipais republicanos que antecederam José Loureiro da Silva conseguiram eliminar grande parte dos antigos becos de Porto Alegre, expulsando do centro parcelas pobres da população, num processo que se acelerou no século XX em decorrência do crescimento industrial e do incremento das migrações.⁵²

1.1 Beco da desordem

Há muitos anos, depois que escurecia, o beco do Oitavo era um sítio que inspirava sérios receios. Ainda de dia, transitava por aí uma ou outra viva alma, mas quando o sol se recolhia, custava-se a ver um ou outro vulto entranhar-se pela escuridão a dentro do beco. [...] A gente que frequentava o seu botequim era a da pior espécie.⁵³

Margeando a colina da Matriz, nos limites do bairro Cidade Baixa com o centro de Porto Alegre, a pequena rua 3 de Novembro era popularmente conhecida como *o Beco do Oitavo* e, conforme o ponto de vista do cronista Ary Veiga Sanhudo, era “estreita e imunda,

⁵¹ MAZERON, Gaston H. Reminiscências de Porto Alegre: a Cidade Baixa não existe mais. *Almanaque do Correio do Povo*. Porto Alegre: 1949. Disponível em:

<http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu_doc/cidade_baixa_cp_1949.pdf>

⁵² FRANCO, Sérgio da Costa, 2008, Op. cit., p.11-12.

⁵³ PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Pref. Municipal, 1940, p. 69.

de mau aspecto e desagradável cheiro. Ninguém que se prezasse passaria pelo buliçoso e cabuloso beco.”⁵⁴

O apelido vinha de 1829, quando o 8º Batalhão de Infantaria instalou-se no quartel da praça Independência (atual Raul Pilla⁵⁵), ao lado da rua. Em função desta proximidade, a 3 de Novembro tornou-se o local preferido dos soldados, também pertencentes às camadas populares, para morar e se divertir.⁵⁶ Sanhudo⁵⁷ conta que os milicos do Oitavo, chamados pejorativamente de “Chimangos”, transformaram “a velha rua do Pombal no mais desbragado antro de perdição”, exibindo-se “desavergonhadamente” com o meretrício em plena rua ou promovendo “as mais desatinadas tropelias e desordens nesse beco que era o verdadeiro fim do mundo da mui leal e valorosa capital.” Conforme Cláudia Mauch, “a proximidade entre várias das ‘zonas de desordem’ e quartéis oportunizava o contato e o conflito cotidiano entre os supostos mantenedores da ordem e os desordeiros.”⁵⁸

A partir de 1833 todas as referências ao Beco do Oitavo estão associadas às queixas dos moradores por conta dos dejetos que o quartel lançava na via pública.⁵⁹ As reclamações sobre a imundície despejada pelos militares levaram o presidente da Província a determinar providências ao comandante da guarnição. Em outra ocasião, uma Comissão do 13º Batalhão de Infantaria, encarregada de prevenir a propagação do cólera, registrou as péssimas condições sanitárias dos cortiços localizados no entorno do quartel e no Beco do Jacques.⁶⁰ Conforme Costa Franco, “esta situação não favoreceu uma valorização social da rua que, nas primeiras décadas do século XX, foi tomada por cortiços, focos de meretrício e cabarés de terceira categoria.”⁶¹ Na opinião de Walter Spalding,⁶² historiador oficial do período estado-novista, o Beco do Oitavo “era habitado por toda uma escória social [...] até ser transformado, na primeira administração de José Loureiro da Silva.” Na condição de Diretor do Arquivo da Prefeitura, Spalding era considerado “the right man in the right

⁵⁴ SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, 2ª ed., p. 211.

⁵⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Univ./UFRGS, 1998, p. 34.

⁵⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E a rua não é do rei: morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre século XX. In: HAGEN, Acácia e MOREIRA, Paulo (org). *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995, p. 72.

⁵⁷ SANHUDO, Ary Veiga, Op. cit., p. 136, 211 e 212.

⁵⁸ MAUCH, Cláudia. Op. cit., p. 93.

⁵⁹ FRANCO, Sérgio da Costa, 1998, Op. cit., p. 34.

⁶⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, 2003, p. 60.

⁶¹ FRANCO, Sérgio da Costa. 1998, Op. cit., p. 34

⁶² SPALDING, Walter, Op. cit., p. 61.

place,”⁶³ sendo incumbido de escrever sobre a história de Porto Alegre na 1ª edição do Boletim Municipal, publicação que visava a “preencher uma lacuna que há muito se fazia sentir, pois hoje, nas modernas teorias estatais, francamente progressistas, não se compreende administração sem seus órgãos divulgadores político-sociais, científicos e artísticos.”⁶⁴

Riopardense de Macedo⁶⁵ registra que a ideia da união, por uma pequena praça, das ruas da Figueira (Coronel Genuíno) e do Arvoredo (Fernando Machado) com uma nova rua em lugar do Beco do Oitavo (3 de Novembro) foi apresentada pelo arquiteto alemão Friedrich Heydtmann em 1858. Como funcionário da prefeitura, foi encarregado de vários projetos de melhoramentos, que consistiam basicamente na regularização dos alinhamentos das ruas e na canalização do esgoto pluvial.⁶⁶ Quase seis décadas depois, a proposta de Heydtmann foi incluída no Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel, para se tornar realidade 26 anos mais tarde:

Esta revisão dos alinhamentos das ruas do centro da cidade ainda se mantém em grande parte até nossos dias, salvo nas vias de grande movimento que começaram a ser abertas a partir da política do “bota abaixo” que começou a ser promovido pela primeira administração de Loureiro da Silva, em pleno Estado Novo, e depois foi ampliado através dos sucessivos planos diretores igualmente autoritários e impositivos.⁶⁷

Ainda no século XIX, o Batalhão do Oitavo foi sucedido pelo de Infantaria Treze e, em 1919, o quartel passou a ser utilizado pelo 7º Batalhão de Caçadores. Mesmo após ser oficialmente denominada rua 3 de Novembro em 1879, numa homenagem à 2ª Batalha de Tuiuti, o novo nome só foi assimilado pela população após a eliminação do beco e o alargamento da via.

⁶³ BOLETIM MUNICIPAL: 1º semestre de 1939. SILVA, José Loureiro. Ano I, nº 1, vol. 1. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal, s/d, p. 264.

⁶⁴ Idem, ibidem, Apresentação.

⁶⁵ MACEDO, Francisco Riopardense, 1968, Op. cit., p. 98.

⁶⁶ WEIMER, Günter. *Projeto Inédito de Friedrich Heydtmann*. Porto Alegre: IHGRS, s/d. Disponível em: <http://www.ihgrs.org.br/artigos.htm>.

⁶⁷ WEIMER, Günter. *Op.cit.*

1.2 Contexto

Olhemos nossas avenidas e praças modernas, as construções magníficas, esses arranha-céus, palácios, tudo, enfim, que nos rodeia e, a não ser que enorme má vontade nos embote a razão, só temos a louvar os governantes de nossa capital, de 1889 a nossos dias especialmente.

[...]

Prosseguindo nos planos traçados para a urbanização da cidade, dentro de poucos anos Porto Alegre estará transformada numa nova *Cidade Maravilhosa*, colocada em plano superior entre as grandes cidades do Brasil novo.⁶⁸

Apesar da Constituição de 1934 prever eleições presidenciais para 1938, Getúlio Vargas manobrava para se manter no poder, afastando assim antigos aliados no Rio Grande do Sul. O então governador General Flores da Cunha,⁶⁹ do Partido Republicano Liberal (PRL), a maior bancada na Assembleia, em defesa da Constituição passou a apoiar a candidatura do paulista Armando Sales de Oliveira, gerando divergências entre os deputados da bancada e uma forte dissidência no PRL liderada por Loureiro da Silva. Em clima de perseguição política e sem base para governar, Flores da Cunha renunciou e seguiu para o exílio uruguaio. No dia 17 de outubro de 1937, antes mesmo que a Assembleia Legislativa tivesse tempo para eleger o sucessor de Flores da Cunha, o presidente Getúlio Vargas interveio no estado, nomeou o General Daltro Filho⁷⁰ interventor federal (governador), o qual indicou para administrar Porto Alegre o advogado e engenheiro José Loureiro da Silva, ou *Charrua*, como o chamavam os “partidários em forma de homenagem, e os adversários para condená-lo por seu feitio caudilhesco.”⁷¹ Estava instaurado o Estado Novo no Rio Grande do Sul.

Em 10 de novembro, o regime ditatorial alcançou o restante do país. Neste dia, o Congresso Nacional foi fechado e Getúlio anunciou o início de uma nova era, orientada por uma nova Constituição. Elaborada pelo jurista mineiro Francisco de Campos, a nova Carta tinha essência autoritária e centralista, em sintonia com os modelos fascistas que existiam em outros países, e sua principal característica era a enorme centralização do poder no

⁶⁸ *Relatório da Prefeitura – exercício 1938*. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria, p. 162-163. AHPAMV

⁶⁹ A Constituição de 1934 permitia a eleição indireta dos interventores para o cargo até então denominado Presidente do Estado. Flores da Cunha foi o primeiro Governador Constitucionalista do Rio Grande do Sul.

⁷⁰ Com a morte de Daltro Filho, o Cel. Cordeiro de Farias foi designado interventor federal, que manteve Loureiro da Silva como prefeito. Cfe. PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 114-121

⁷¹ DE GRANDI, Op. cit., p. 24.

chefe do Executivo.⁷² Em 17 de dezembro, nos termos constitucionais recém estabelecidos, o Ministério da Justiça comunicou a criação da Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime e o início do serviço de propaganda oficial pela imprensa.”⁷³ Conforme Maria Helena Capelato,⁷⁴ o período de 1937 a 1942 caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa do governo golpista em assegurar a sua legitimação, sendo utilizadas duas estratégias: a propaganda política e a repressão aos opositores.

A Prefeitura Municipal herdada de Alberto Bins estava deficitária em 1937. Às vésperas de abandonar o cargo, o intendente positivista havia noticiado que, com um débito de 24 mil contos, a administração pública de Porto Alegre seria inviável.⁷⁵ A situação era gravíssima. Na fala de Loureiro ao assumir a prefeitura, o endividamento municipal era resultado dos empréstimos externos obtidos pelas administrações de José Montauray, Otávio Rocha e Alberto Bins, e, como costuma acontecer nas trocas de gestão, anunciou mudanças na política econômica e o seu empenho em solucionar a situação da pobreza na capital.⁷⁶ Anunciou também que, entre as primeiras medidas para enfrentar a crise, seria elaborado um projeto de tabelamento de gêneros alimentícios básicos (carne, pão e leite) e posto em prática o enxugamento da máquina administrativa. Menos de cento e vinte dias depois, Loureiro deu início a uma das maiores intervenções urbanas da história de Porto Alegre, afirmando que “a cidade exigia obras de absoluta necessidade, cuja execução não poderia mais ser adiada.”⁷⁷

Entre os problemas da cidade que requeriam soluções imediatas, o Charrua⁷⁸ apontava a exiguidade de áreas verdes, bem como a existência de grandes áreas não saneadas e próximas ao centro, como o vale do Riacho, que inundava anualmente. Além disto, as redes de esgoto, água e pluvial eram restritas praticamente à zona central. Quanto às questões de caráter viário, as ruas estreitas do centro de Porto Alegre já não

⁷² FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): Constituição de 1937. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>

⁷³ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 17 de dezembro de 1937, capa.

⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003, p. 113.

⁷⁵ DE GRANDI, Celito, Op. cit., p. 87.

⁷⁶ Idem, p. 90.

⁷⁷ SILVA, José Loureiro da. Op. cit., p. 75.

⁷⁸ Idem, p. 26.

comportavam o incremento de bondes e automóveis das décadas de 1930 e 1940, e a falta de espaço para estacionar provocava congestionamentos. Inserida num sistema de vias radiais, a área central era ponto de convergência obrigatório para cerca de 30 mil veículos e 50 mil pessoas que se deslocavam diariamente de casa para o trabalho. A cidade crescia em ritmo acelerado, especialmente em razão da chegada de muitos imigrantes da zona agrícola, ocasionada pelo desaparecimento das charqueadas e a mecanização no campo.

Apesar das ressalvas quanto à “maneira lenta e conservadora de agir”⁷⁹ do intendente José Montaury, que administrou a capital por mais de vinte anos, o Charrua exaltava as obras daquela gestão, a qual foi responsável pela primeira tentativa de criação de um projeto de reformas, o Plano de Melhoramentos Moreira Maciel de 1914, considerado “de grande visão para a época.”⁸⁰ Segundo o interventor, os pontos mais importantes do plano positivista foram executados pelo engenheiro Otávio Rocha, quando, graças ao capital estrangeiro, “grande parte do aspecto colonial da cidade foi desaparecendo.”⁸¹ Sobre o empenho de Rocha na concretização do Plano de 1914, a historiadora Margareth Bakos⁸² acrescenta que a remodelação da cidade apresentou-se como uma oportunidade de cooptar a sociedade civil e reforçar o poder dos republicanos, cuja hegemonia estava em crise desde a revolução de 1923.

De acordo com Braga,⁸³ existiu uma certa continuidade entre a política urbana do Estado Novo e a dos governos positivistas, e o modelo autoritário e conservador dos dois períodos propiciou uma mudança de *cima para baixo*, e garantiu os recursos financeiros necessários. O Charrua considerava Otávio Rocha “um de seus mestres [qu]e lhe legara, como postulado principal, continuar remodelando e modernizando a cidade.”⁸⁴ Com isto, “o círculo vicioso do endividamento apenas começava e a “sala de visitas” do estado ainda não estava suficientemente preparada para receber, e encantar, os visitantes. Novos empréstimos seriam necessários.”⁸⁵

⁷⁹ SILVA, José Loureiro da, Op. cit., p. 25.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Idem, p. 30.

⁸² BAKOS, Margareth. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 101.

⁸³ BRAGA, Op. cit., p. 52.

⁸⁴ Idem, p. 57.

⁸⁵ BAKOS, Op. cit., p. 121.

2 PICARETAS DO PROGRESSO E DA MORAL

A ordem ecoou no Beco do Oitavo, zona de tolerancia, provocando um desusado movimento.

Notificados à noitinha, os recalcitrantes iniciaram desde logo suas mudanças, às pressas, procurando abrigo nas casas mais próximas.

À noite, [...] era grande a azafama ainda. Mulheres e homens transportavam, pela rua, guarda-roupas, cadeiras, vestuários, etc. O quadro era de um exodo-mirim... Parecia que, apenas se fizera o anuncio de que por ali passaria a onda civilizadora e progressista da cidade, os moradores, estigmatizados pelo pecado e pela miséria, fugiam da luz para se ocultarem e poderem continuar a vegetar na penumbra dos porões e dos pardieiros infectos.

[...] Onde corria o sangue venenoso da cidade, amanhã mais uma imponente quadra de Porto Alegre, que se renova, surgirá.⁸⁶

A derrubada de 23 prédios no lado par da rua 3 de Novembro extinguiu o Beco do Oitavo,⁸⁷ e foi o pontapé inicial do Charrua para a grandiosa remodelação da capital gaúcha que marcaria para sempre a sua gestão. No lugar do “beco estreito” e de seus “cortiços insalubres” surgiria uma rua moderna, ampla, reta, arborizada.

Apesar da grave crise econômica do município, “tanto que o exercício de 1937 se encerrara com um déficit de 848 mil cruzeiros, e ainda assim graças às nossas medidas de contenção de despesas,”⁸⁸ Loureiro insistiu que a cidade exigia “obras de renovação” inadiáveis para facilitar o trânsito, embelezar a urbe, sanear zonas densamente povoadas e melhorar as residenciais. O relatório referente ao exercício de 1938 informa que o “*antigo Beco do Oitavo*” foi alargado “com a intenção de *sanear uma zona no centro da cidade*, sendo ali desapropriados 50 prédios;” o prolongamento da avenida João Pessoa, que teria acarretado a desapropriação de 30 imóveis, objetivou “*melhorar consideravelmente a vista que se abre do alto da praça do Portão*, alargando o horizonte e completando a harmonia do conjunto;” a avenida Borges de Medeiros foi prolongada e alargada entre a rua dos Andradas e a praça Montevideú, “que se *achava aberta ao tráfego a título precário* com a metade somente da largura estabelecida para a artéria”, implicando a desapropriação de 3

⁸⁶ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1938, p. 10, contracapa.

⁸⁷ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1938, p. 11-12.

⁸⁸ SILVA, José Loureiro da. Op. cit., p. 75.

imóveis.⁸⁹ Tais justificativas causam bastante estranheza, tendo em conta que a população sofria com o alto custo de vida, a escassez de moradias e a precariedade dos serviços de energia elétrica e saneamento básico.

Na prestação de contas apresentada a Getúlio Vargas no final da gestão, o interventor municipal explica que, tendo como referência o Plano Moreira Maciel, contratou o arquiteto Arnaldo Gladosch em dezembro de 1938 - executor do Plano Agache no Rio de Janeiro – para a elaboração do anteprojeto do Plano Diretor de Porto Alegre, focalizando a solução do problema viário. Entre 1939 e 1940, foram realizados um censo geral imobiliário pelo Instituto de Organização e Controle – Serviços Hollerich - e um levantamento estereofotogramétrico aéreo pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, destinado à execução da planta cadastral do município.⁹⁰

Sobre o financiamento das obras, a dívida externa de 2 milhões de dólares deixara de ser uma preocupação, pois Getúlio havia decretado a suspensão dos pagamentos. Além disto, a declaração de guerra junto aos países aliados proporcionou a entrada de grande volume de capital estrangeiro. Para amortizar a dívida interna e “atender às obras que a cidade estava reclamando insistentemente não apenas do ponto de vista urbanístico, como também de saneamento,”⁹¹ a administração levantou empréstimos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), com prazo de 20 anos para o pagamento e juros de 7% a.a.: “Enquanto dávamos todos esses passos preparatórios para a confecção do Plano Geral, atacamos, imediatamente, certos trabalhos de reforma urbana, principalmente de caráter viário e de saneamento, que não podiam esperar mais tempo.”⁹²

Ocorre que as negociações com a CEF prolongaram-se por seis meses, e a primeira operação de crédito, no valor de 40 milhões de cruzeiros, só foi efetivada em 30 de junho de 1941. Ou seja, três anos depois do alargamento da rua 3 de Novembro. Posteriormente, em outubro de 1941, o governo municipal lançou mão de um segundo empréstimo para “fazer face aos encargos de ultimação das obras de remodelação e saneamento da cidade.”⁹³ Nesta

⁸⁹ RELATÓRIO DA PREFEITURA – EXERCÍCIO 1938. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria, p. 13-14. [grifo meu]

⁹⁰ SILVA, José Loureiro da, Op. cit., p. 18

⁹¹ Idem, p. 22

⁹² Idem. 28-29

⁹³ Idem, p. 78

etapa, foi construída a escadaria da rua 24 de Maio, que erradicou o Beco do Jacques, localizado junto ao do Oitavo.

Assim, antes mesmo que os primeiros levantamentos topográficos se processassem, que a guerra mundial eclodisse e que os empréstimos fossem obtidos, começaram os trabalhos para o alargamento da 3 de Novembro e das avenidas Borges de Medeiros e João Pessoa. Loureiro afirmou que estas obras estavam entre as de maior monta no primeiro ano da sua administração, uma “espécie de tomada de contas com os grandes problemas urbanos.”⁹⁴ Conforme Chalhoub, “a ideologia da *administração competente* e da *gestão técnica* da coisa pública, algo que permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas,”⁹⁵ surgiu no final do século XIX. Neste sentido, Kersting⁹⁶ observa que a compreensão do processo da modernidade como um todo implica conciliar o termo *modernidade* com os termos *modernização*, relacionado às reformas urbanas que asseguraram a infraestrutura necessária ao desenvolvimento capitalista; e *modernismo*, ligado às ideias que alimentaram essas mudanças.

O espetaculoso episódio relatado pela *Folha da Tarde*⁹⁷ dá uma ideia do autoritarismo do interventor, o qual era respaldado pelo regime ditatorial. Na madrugada de um sábado,⁹⁸ quando imaginamos que a maioria dos moradores estivessem dormindo, o Charrua em carne e osso intima-os a desocuparem suas casas. Não é difícil imaginar o desespero daquelas pessoas ao se depararem, sonolentas, com a figura do prefeito acompanhado de duzentos operários com pás e picaretas nas mãos, prontos para jogá-las no olho da rua. Mesmo afastado do cargo por motivo de saúde,⁹⁹ Loureiro da Silva fez questão de ordenar pessoalmente o violento início das demolições. O aparato repressivo garantiu o *bota-abaixo* sem maiores resistências e, diante da ausência de proposta da municipalidade

⁹⁴ RELATÓRIO DA PREFEITURA – EXERCÍCIO 1938. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria, p. 17.

⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 8.

⁹⁶ KERSTING, *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História) UFRGS, 1998, p. 13.

⁹⁷ *Folha da Tarde*, 19 de fevereiro de 1938, p. 5. Apud: DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*, 2002, Op. cit., p. 94. [transcrito na introdução deste trabalho]

⁹⁸ OBRAS E VIAÇÃO – CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 1938-1942. Ofício nº 129, de 17fev1938, que comunica à Cia. de Energia Elétrica a data da demolições e solicita o corte da luz e a retirada dos contadores da rua 3 de Novembro.

⁹⁹ Loureiro esteve afastado do cargo de prefeito de 14 de janeiro a 6 de março de 1938, sendo substituído pelo sub-prefeito do 1º distrito, Sensurio Cordeiro. Cf. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 5 de março, p. 10, contracapa.

para reassentamento em local com infraestrutura adequada, “todos acabam refugiados na rua Pantaleão Teles [atual rua Washington Luiz], para onde já haviam transferido várias donas de prostíbulos.”¹⁰⁰

No dia seguinte, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* também noticiaram o episódio, que “despertou grande curiosidade, sendo assistido por centenas de pessoas. O arrazamento foi fulminante,”¹⁰¹ e vários moradores denunciaram que a prefeitura não fizera qualquer comunicação oficial.¹⁰² O edital¹⁰³ publicado em 12 de fevereiro de 1938 dava um prazo de 10 dias aos proprietários dos prédios da João Pessoa e 3 de Novembro para declararem se aceitavam o valor indenizatório, então “é lógico e claro que poderiam se manifestar até o dia 22.”¹⁰⁴ Além disto, o artigo 122 da Constituição de 1937 continuava assegurando o direito de propriedade nos termos da legislação anterior, as desapropriações por utilidade pública só poderiam ser realizadas mediante indenização prévia;¹⁰⁵ e o Código Civil vigente determinava que, mesmo após o pagamento das indenizações, os inquilinos teriam um prazo para a desocupação dos imóveis.¹⁰⁶ Assim, a ação do poder público não foi apenas muito violenta, foi também ilegal.

As picaretas demolidoras do Charrua precisaram aguardar mais tempo para entrar em ação na avenida João Pessoa. Isto porque vários proprietários contestaram os valores oferecidos pela Prefeitura e, temendo que as demolições ocorressem como na 3 de Novembro, “onde foram despejados summariamente os inquilinos e demolidos os predios sem a previa indenização, como de direito,”¹⁰⁷ resolveram apelar ao Judiciário. Além da indenização prévia, os proprietários queriam garantir o direito dos inquilinos: “Embora venha a ser fixada e paga a indemnização, só poderá agir a Prefeitura na forma e termos previstos pelo Codigo Civil.”¹⁰⁸ O 3º juiz municipal dos Feitos da Fazenda do Estado e do Município, Mario Difini, decidiu em favor dos proprietários dos prédios, determinando que a

¹⁰⁰ *Folha da Tarde*. 19 de fevereiro de 1938, p. 5. *Apud*: DE GRANDI, Op. cit., p. 94.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1938, p.11

¹⁰² *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1938, p. 13.

¹⁰³ O Edital nº 11 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi assinado em 12fev1938 pelo Diretor Geral de Obras e Viação, Paulo de Aragão Bozano. Publicado nos jornais *Correio do Povo* (p. 7) e *Diário de Notícias* (p. 5) de 12 de fevereiro de 1938.

¹⁰⁴ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1938, p. 13.

¹⁰⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Legislação histórica. Constituição 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 24 de março de 1938, p. 3.

¹⁰⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10 de março de 1938, p. 9.

¹⁰⁸ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10 de março de 1938, p. 9.

prefeitura estaria “sujeita à multa diária de 500\$000, no caso de transgressão do preceito.”¹⁰⁹ Sem a carga da estigmatização suportada pelos moradores da 3 de Novembro, aos da João Pessoa foram garantidos, pelo menos, os direitos previstos em lei.

O governo municipal foi alvo de outra grave denúncia: os imóveis da rua 3 de Novembro teriam sido demolidos sem prévio decreto de desapropriação. Procurando legitimar a atuação da Prefeitura, o diretor geral de obras, Paulo Bozano,¹¹⁰ alegou que o Decreto nº 116, assinado por Otávio Rocha em 1927, *cientificou* os proprietários da 3 de Novembro, João Pessoa e Farrapos das desapropriações por utilidade pública: “Por este motivo, a municipalidade não tinha que baixar novo decreto nesse sentido.”¹¹¹ Conforme o diretor, o edital¹¹² publicado em 12 de fevereiro *convidou* os proprietários a comparecerem na Prefeitura para tratar sobre os valores indenizatórios. Ocorre que o decreto aludido apenas estabeleceu um recuo de 13 metros para as futuras construções ou reconstruções na 3 de Novembro, sendo que as avenidas João Pessoa e Farrapos nem são mencionadas. Certamente, a explicação de Bozano não convenceu e, diante da possibilidade de novas ações judiciais contra a municipalidade, o prefeito em exercício Sensurio Cordeiro assinou, no dia 8 de março de 1938, o decreto que aprovaria o plano de alargamento da 3 de Novembro e a desapropriação dos prédios demolidos no dia 19 de fevereiro.¹¹³ Esta era a forma de governar durante o Estado Novo. Na medida da necessidade, iam sendo criados dispositivos legais, com o propósito de restringir cada vez mais as possibilidades de contestação e aumentar os poderes do Executivo.

¹⁰⁹ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12 de março de 1938, p. 7.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1938, p. 4.

¹¹¹ LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro de 1917 a outubro de 1924. Porto Alegre: A Federação, 1930. (AHPAMV – 2.3.1)

¹¹² O Edital nº 11, de 12 fevereiro de 1938, nomina os proprietários dos prédios atingidos: AVENIDA JOÃO PESSOA: Idalina Cruzeiro, João Luiz Cruzeiro, Antônio Alves Corrêa, Henrique Petersen, José Sbrocco, Victoriano D’Avila, Izabel Carolina Roxo, José Celia, Moacyr e Elvira Keyzer, Silveira & Cia., Alvaro Pereira, Judith Alves Santos, Dorvalina S. Carvalho, Izaias Kalil, Luiz e Dinah Souza, Izabel C. B. L. Roxo, Marieta S. da Rosa, Antonio Provenzano, Dr. Clovis Souza Gomes e Amalia Figueiredo. RUA 3 DE NOVEMBRO: Ramon Gonzales Lopes, Honor Arthur Camello, Luiz Diefenthaeler, Theobaldo Jacob, Cezinio Carvalho, Herculano Alexandre Piccini, José Salvador, Pilar A. Pico, Olga G. Santos e outros, Virgílio de O. Albuquerque, João Jorge Antônio, Adão Jorge, José Moreira da Silva, Pompilio Ferreira, Branca Meirelles e outros, José Peres, Francisca U. Pereira, Lia Py da Cunha e José Lopes Barbosa. Publicado nos jornais *Correio do Povo* (p. 7) e *Diário de Notícias* (p. 5) de 12 de fevereiro de 1938.

¹¹³ LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro a dezembro de 1938. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939. (AHPAMV – 2.3.1) Decreto nº 13, de 8mar1938: aprova o plano de alargamento da rua 3 de Novembro e decreta a desapropriação dos prédios nele compreendidos; Decreto nº 23, de 28jun1938: declara urgência da desapropriação dos prédios compreendidos no plano de alargamento da rua 3 de Novembro, aprovado pelo Decreto nº 13, de 8mar1938. (também assinado pelo prefeito em exercício, Sensúrio Cordeiro)

Após os embates judiciais enfrentados nesta primeira fase das reformas, Loureiro sugeriu para Getúlio a criação de uma nova lei de desapropriações, pois “a morosidade, na fase judicial, as lacunas existentes na legislação facilitando discussões e dando aso à chicana, causaram desde logo as maiores dificuldades ao governo do município.”¹¹⁴ O Decreto-Lei 3.365, assinado em 1941, deu competência ao Executivo¹¹⁵ para declarar os casos de necessidade pública, entre outras disposições, que “dão ao governo de uma cidade as possibilidades de livre ação para a execução de qualquer plano de urbanismo, inclusive transformando radicalmente o aspecto higiênico e estético da mesma.”¹¹⁶ Estes mecanismos legais viabilizaram o prosseguimento das ações do poder público, no sentido de materializar a cidade desejada por algumas parcelas das elites urbanas.

A avenida Borges de Medeiros é um caso à parte. Os prédios que ali foram desapropriados¹¹⁷ pertenciam a poderosos comerciantes e industriais, casualmente de setores interessados na remodelação da cidade. O industrial Ismael Chaves Barcellos, por exemplo, mantinha boas relações com integrantes das Forças Armadas, e era o principal fornecedor de tecidos e cobertores para o Exército Brasileiro.¹¹⁸ A questão que envolveu o imóvel do comerciante italiano Raphael Guaspari revela as forças contraditórias envolvidas no processo da modernidade em Porto Alegre. Em janeiro de 1937, a Prefeitura cedeu em comodato¹¹⁹ uma faixa de terreno a Guaspari, lindeiro ao terreno que já pertencia ao comerciante, junto ao edifício Malakoff, e autorizou a construção de um prédio de 4 andares,¹²⁰ com a condição de que ele fosse demolido, sem ônus para a municipalidade, “em

¹¹⁴ SILVA, José Loureiro da. Op. cit., p. 71.

¹¹⁵ Antes da Lei de Desapropriações decretada em 1941 por Getúlio, competia ao Poder Legislativo declarar os casos de utilidade pública.

¹¹⁶ SILVA, José Loureiro da. Op. cit., p. 71

¹¹⁷ O Decreto nº 96, de 12 fevereiro de 1927, aprovou o traçado da Borges de Medeiros e decretou a desapropriação de prédios e terrenos, por utilidade pública. LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro de 1917 a outubro de 1924. Porto Alegre: A Federação, 1930. (AHPAMV – 2.3.1)

¹¹⁸ HERÉDIA, Vania. *A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS. Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s3a7.pdf>

¹¹⁹ LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro a dezembro de 1937. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1938. (AHPAMV – 2.3.1). Lei nº 347, de 19mar1937: aprova o termo de comodato e de responsabilidade entre a Prefeitura e Raphael Guaspari. (JOSINO BRASIL, prefeito interino – gestão Alberto Bins), p. 12

¹²⁰ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1938, p. 8. – Conforme noticiado pelo jornal, Guaspari construiu um edifício de 6 andares, alegando necessidade de mais espaço para instalar a sua loja. A Câmara de Vereadores teria recebido e aprovado o pedido de alteração da licença, mas não expediu lei neste sentido.

qualquer tempo em que esta exigir.”¹²¹ No entanto, ao ser requerida a demolição do prédio em 1938, Guaspari ignorou o compromisso firmado e, após conversa reservada com o prefeito, obteve autorização para manter a edificação, que permanece em pé até os dias atuais, sendo possível visualizar o desalinhamento das fachadas entre os prédios da Borges até a José Montauray e da antiga Casa Guaspari. Assim, no jogo de influências ganhava quem podia; os demais submetiam-se às novas regras.

Aos moradores expulsos da rua 3 de Novembro foi negado um mínimo de segurança pessoal e material. Na política social do Estado Novo, “[...] os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado.”¹²² Neste contexto, as chances de inserção social daquelas pessoas eram nulas. As restrições às liberdades civis impostas à sociedade brasileira naquele período atingiram mais fortemente os grupos populares não vinculados ao mercado formal de trabalho, os quais não eram considerados cidadãos. A vinculação da honra com o exercício de um trabalho formal também serviu para *controlar* o imaginário da sociedade, garantindo o apoio à repressão contra os denominados “vadios”. Conforme Sueann Caulfield, “a honra e a cidadania durante o Estado Novo não significavam autonomia e direitos políticos, mas direitos a benefícios sociais obtidos por meio do trabalho disciplinado e da lealdade ao Estado.”¹²³ O historiador Walter Spalding,¹²⁴ ao endossar a eliminação do Beco do Oitavo qualificando seus moradores como “escória social”, ratificou esta percepção.

Sidney Chalhoub¹²⁵ menciona que, ainda na década de 1870, as administrações cariocas vinham criando “instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços” do centro da cidade, num processo sistemático de perseguição “que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas.” Conforme Cláudia Mauch,¹²⁶ de 1896 a 1929, a Polícia Administrativa de Porto Alegre foi responsável pelo

¹²¹ ANNAES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - 1937. Porto Alegre: Livraria do Globo. (AHPAMV – 1.22) 1ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente - 18mar1937, p. 36-37

¹²² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 114.

¹²³ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 336.

¹²⁴ SPALDING, Walter. Op. cit., p. 261.

¹²⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 25 e 34.

¹²⁶ MAUCH, Cláudia. Op. cit., p. 15 e 45

policciamento da cidade e, com o objetivo de prevenir crimes, vigiava sistematicamente as “zonas de desordem” e as pessoas consideradas “suspeitas. Nas palavras da autora:

A desordem, não mais generalizada, pode ser identificada em *zonas* e em *indivíduos* considerados de fora do paradigma de ordem: zonas onde o Estado, com seu corolário de civilização, progresso e moral não se faz presente; indivíduos afastados da vida civil, da educação moral. Assim, tanto são imagens da desordem zonas e indivíduos oposicionistas, como criminosos e imorais. O controle do governo sobre ambos pretendia se dar através da organização das instituições policiais.

Com a criação do Corpo de Guardas Civis em 1929, o policiamento urbano passou à competência do governo do estado, iniciando assim um processo de centralização dos órgãos de controle social que chegou ao auge durante o Estado Novo.¹²⁷ Sem força policial própria, Loureiro reconfigurou os distritos e delegou aos respectivos subprefeitos competência para identificar a localização do meretrício, fiscalizar, cobrar os impostos municipais e impor multas aos infratores, naqueles casos que não envolvessem a polícia.¹²⁸ A arrecadação proveniente das multas certamente contribuiu para abastecer os cofres públicos e, por que não dizer, possivelmente também os privados. Mas esta é uma outra história.

Ao que nos interessa, o subprefeitos tinham ainda a atribuição de “propor ao Prefeito quaisquer melhoramentos e embelezamentos de logradouros públicos do distrito.” Isto foi uma inovação que engajou uma parcela maior da população nas ações do poder público relativas ao projeto de reformas urbanas. Esta estratégia foi utilizada por Loureiro para eliminar o Beco do Oitavo o mais rápido possível, envolvendo a vizinhança que reclamava das “assíduas desordens e escandalos que se registram naquella zona perigosa da cidade.” As reclamações oportunizaram ao subprefeito do 1º distrito, Sensurio Cordeiro, mobilizar os moradores da rua Avahy, paralela ao beco, os quais, representados por Mario Brasil e Hercules Montenegro, intermediaram as negociações com os proprietários de

¹²⁷ PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da. *Os vigilantes da ordem: guarda, cachaça e meretrizes*. Porto Alegre: Officina da História, 1994, p. 18.

¹²⁸ LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro a dezembro de 1937. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1938. (AHPAMV – 2.3.1)- Ato 53, de 29 dez. 1937. Loureiro da Silva criou 3 distritos municipais. O 1º distrito, onde estava localizado o Beco do Oitavo, incorporou do 1º ao 5º antigos distritos, e o subprefeito Sensurio Cordeiro era o substituto automático de Loureiro da Silva.

prédios desapropriados na 3 de Novembro.¹²⁹ Esta intervenção facilitou enormemente o trabalho da Prefeitura.

Aos poucos, foram surgindo outros mecanismos de sustentação e legitimação do programa de reformas do governo. A divulgação do anteprojeto do Plano Diretor elaborado por Arnaldo Gladosch, por exemplo, foi uma forma de “estabelecer contato entre a população e a administração, pois através dos seus mapas e perspectivas, servirá de propaganda, mostrando de uma maneira acessível o que se pretende fazer e quais os fins a serem atingidos.”¹³⁰

O Conselho do Plano Diretor, criado no final de 1938, era integrado pelos diferentes agentes associados ao Estado na remodelação da cidade. Era o que Loureiro denominava “política de urbanismo de portas abertas.” Uma ironia, afinal a Câmara de Vereadores estava fechada e as classes populares não estavam representadas. Segundo o interventor, tal política consistia em consultar a opinião pública, selecionada entre “os elementos mais representativos da opinião de seus cidadãos [...] dispostos a cooperar no trabalho de embelezamento da cidade”. Com a atribuição de examinar os projetos, propor alterações, votar, fiscalizar a execução das obras e discutir a publicidade necessária, os dezesseis membros do Conselho representavam as seguintes entidades públicas e privadas: Associação dos Proprietários de Imóveis; Centro de Indústria Fabril; Associação Comercial dos Varejistas; Associação Comercial de Porto Alegre; Rotary Club; Associação Rio-Grandense de Imprensa; Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem; Secretaria de Obras Públicas; Escola de Engenharia; Sociedade de Engenharia; Faculdade de Medicina; Sociedade de Medicina; Viação Férrea do Rio Grande do Sul e 3ª Região Militar.¹³¹

O Charrua buscou sustentação também pelo simbólico: “É preciso um começo, que celebre e organize o culto da memória.”¹³² Afirmando ser descendente direto do sesmeiro Jerônimo de Ornellas, suscitou a famosa celeuma em torno da data de fundação de Porto Alegre. Walter Spalding¹³³ e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

¹²⁹ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1938, p. 10.

¹³⁰ SILVA, José Loureiro da, Op. cit., p. 30

¹³¹ SILVA, José Loureiro da, Op. cit., p. 28

¹³² PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2003, op. cit., p. 211.

¹³³ Walter Spalding era membro do IHRGS e assinou o parecer da Comissão de História na condição de 2º Secretário, conf. BOLETIM MUNICIPAL: 1º semestre de 1939. SILVA, José Loureiro. Ano I, nº 1, vol. 1. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal, s/d, p. 243-244.

foram encarregados de elaborar um parecer sobre a questão. A Comissão de História do IHGRGS apresentou duas datas a serem comemoradas: 5nov.1740, colonização; e 24jul.1773, instalação da capital.¹³⁴ No parecer de Spalding,¹³⁵ Porto Alegre foi fundada no “ano em que foi criado o *Porto de Viamão* por Jerônimo Dornellas Vasconcelos e Menezes, proprietário do morro da Senhora de Santana.” Em uma verdadeira campanha de convencimento entre 1938 e 1939, Spalding publicou artigos no *Correio do Povo* defendendo a data de 1740 como marco inicial da colonização de Porto Alegre. Legitimado pelas *autoridades da História*, Loureiro pode comemorar o Bicentenário de Colonização durante a sua gestão, em meio a inaugurações de grandes obras viárias como as avenidas Farrapos e 10 de Novembro (atual Salgado Filho).¹³⁶ A estratégia serviu para marcar o seu governo e associar as transformações que imprimia à cidade ao grande evento:

As reportagens de página inteira do *Correio do Povo*, acompanhadas pela cobertura fotográfica dos eventos, com legendas e textos de tom celebrativo e ufanista, associavam as comemorações do bicentenário às grandes obras urbanas da administração Loureiro da Silva.¹³⁷

Sobre o mercado de terras em Porto Alegre, a pesquisa de Tânia Marques Strohaecker¹³⁸ revelou que os principais acionistas das companhias de loteamento, no período de 1890 a 1950, atuavam em setores estratégicos da economia urbana, além de ocuparem cargos públicos. A atuação preponderante do Estado na modernização do centro de Porto Alegre serviu-se de duas estratégias: “a concentração de investimentos públicos (obras de saneamento, viação e embelezamento) e controle urbanístico (tributação, código de edificações) que condicionaram a modernização da área central e a consequente valorização do uso do solo, expulsando a população de baixa renda para a periferia.” Este processo resultou numa segregação sócio-espacial: “A cidade atual repleta de contradições sociais é produto, portanto, de dois processos simultâneos: modernização e exclusão.”

¹³⁴ BOLETIM MUNICIPAL: 1º semestre de 1939. SILVA, José Loureiro. Ano I, nº 1, vol. 1. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal, s/d, p. 243-244.

¹³⁵ BOLETIM MUNICIPAL: 1º semestre de 1939. SILVA, José Loureiro. Ano I, nº 1, vol. 1. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal, s/d. p. 134, 136 e 138.

¹³⁶ MONTEIRO, Charles, 2006, Op. cit., p. 66-82.

¹³⁷ Idem. Ibidem, p. 81.

¹³⁸ STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>>

3 A IMPRENSA AMORDAÇADA

O jornalismo informativo moderno, notadamente a partir da década de 30 não perdeu o seu aspecto político [...] Em todas as situações políticas do período de 1930 a 1946, verifica-se uma tomada de posição, mesmo naquelas situações em que os jornais eram penalizados e tinham que suprimir as informações de suas páginas, que apareciam muitas vezes em branco. Mesmo nessas circunstâncias aparecia um discurso velado, mas eficiente.¹³⁹

A intensa campanha promovida pelos jornais *A Gazetinha* e *Gazeta da Tarde* durante a República Velha contra determinados locais e pessoas, principalmente da área central de Porto Alegre, contribuiu para “criar uma barreira de moralidade entre esses indivíduos ‘sem importância’ e as camadas populares, e entre ambos (pelo viés da pobreza que compartilhavam) e a população em geral.”¹⁴⁰ Conforme Mauch, no contexto de descobertas científicas do final do século XIX, os jornalistas porto-alegrenses construíram “imagens sobre becos e significados sobre o comportamento e modo de vida dos turbulentos que irão embasar e justificar a exigência de uma atuação enérgica do Estado sobre eles.”¹⁴¹ Na opinião de Marocco, a nota jornalística, ao final de tudo, não era mais do que a materialização do trabalho de orquestra executado entre os jornalistas e os diversos discursos que pretendiam o controle social.¹⁴²

Estudar o posicionamento da imprensa durante o Estado Novo não é tarefa simples. A Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão e atribuiu à imprensa a função de utilidade pública, o que a obrigava a publicar os comunicados oficiais e a disseminar as ideias do novo regime. Para Capelato, os novos representantes do poder, constituídos “sem qualquer participação popular, [...] buscaram legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação.”¹⁴³ A autora acrescenta que o Estado buscava mais do que apoio das massas, “buscava o seu controle em

¹³⁹ SOSA, Derocina Alves Campos. Op. cit., p. 24.

¹⁴⁰ MAROCCO, Beatriz. Os corpos e o jornal. *In* *Texto*. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2006/01, nº 14. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/n14/a-n14a3.htm>> Acesso em nov. 2007

¹⁴¹ MAUCH, Cláudia. Op. cit., p. 84.

¹⁴² MAROCCO, Beatriz. Op. cit.

¹⁴³ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., p. 110-111.

novas bases.” Um telegrama do ministro da justiça Francisco de Campos anunciou aos diretores de jornal o início da propaganda oficial pela imprensa:

Ilmo. Sr. diretor

Temos o prazer de comunicar a v.s. que acaba de ser criada a Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime, no Departamento Nacional de Propaganda. Dando cumprimento ao dispositivo constitucional, artigo nº 15, relativamente à imprensa, essa comissão enviará para todos os jornais matéria de interesse nacional, que deverá ser publicada nas condições que a mesma comissão designar. Certo que compreendendo a finalidade social da imprensa no Novo Regime, v.s. prestigiará, com seu elevado patriotismo, a propaganda da comissão, agradeço em nome do governo a atenção que v.s. se dignar a dispensar com esse alto propósito.¹⁴⁴

Para sobreviver, as empresas jornalísticas precisaram criar “uma espécie de cumplicidade forçada com o modelo político implantado.”¹⁴⁵ Tais circunstâncias dificultam a identificação da verdadeira posição dos jornais quanto ao projeto do novo regime, ao mesmo tempo em que sugerem a existência de algum tipo de reação. O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, por exemplo, desempenharam o papel que lhes era imposto, o que garantia a sua existência, mas também, em maior ou menor grau, lançaram sinais de que o apoio à política urbana do governo não era incondicional. Tais sinais serviram como fio condutor para a minha pesquisa e viabilizaram a realização deste trabalho.

No decorrer da década de 1930, os jornais foram se organizando cada vez mais como empresas. Segundo Rudiger, a mordada imposta pelo Estado Novo, a modernização institucional e a crescente influência norte-americana “fizeram com que acabasse por se impor o modelo de gestão empresarial e o estilo informativo na prática do jornalismo.”¹⁴⁶ A esta altura, o *Correio* e o *Diário* eram considerados os jornais mais importantes do Rio Grande do Sul: o *Correio* era uma empresa mais sólida, tinha mais prestígio social e maior circulação no interior do estado; o *Diário*, com leiaute e linguagem modernos, “tornara-se o jornal dos segmentos urbanos mais cosmopolitas e, portanto, mais abertos à inovação.”¹⁴⁷

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 17 de dezembro de 1937 (capa). Telegrama endereçado ao diretor do Diário de Notícias, comunicando que o novo regime iniciaria o serviço de propaganda oficial pela imprensa.

¹⁴⁵ FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): Constituição de 1937. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*.

¹⁴⁶ RUDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. In: GERTZ, René. *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*, v. 4, p. 360. Passo Fundo: Méritos, 2007.

¹⁴⁷ RUDIGER, Op. cit., p. 362.

O espaço reservado pelo *Correio* para as ‘Queixas do Público’ revelou a existência de vozes dissonantes em relação à política de reformas urbanas implementada por Loureiro. Uma discussão entre leitores publicada no período de 6 a 17 de fevereiro de 1938, véspera das demolições na 3 de Novembro, apresentou opiniões distintas quanto às prioridades estabelecidas pelo poder público. O alargamento do Beco do Oitavo, “por determinação da Prefeitura Municipal como uma medida de necessidade esthetica e higienica, creou duas correntes antagonicas na capital.”¹⁴⁸ Uma era favorável à iniciativa; a outra considerava mais urgente a abertura da avenida Farrapos.

O leitor que suscitou a polêmica dizia não compreender a gigantesca despesa na desapropriação de imóveis para o alargamento de ruas localizadas em “zonas mortas”, ou seja, com pouco comércio e trânsito de pessoas e veículos. Na sua opinião, a finalização da avenida Farrapos estaria entre as obras de maior interesse para a coletividade, porque contemplaria a zona comercial mais forte da capital e “teria ella também a virtude de extinguir o foco de immundicies representado pelo célebre Beco do Barbosa,”¹⁴⁹ próximo à estação ferroviária. Além disto, a Prefeitura já teria desapropriados todos os imóveis que estavam sobre o novo alinhamento. Na edição do dia 13 de fevereiro, este posicionamento foi endossado e reforçado em seus argumentos por outro leitor. Segundo ele, a obra da Farrapos era mais importante e urgente, porque descongestionaria a Voluntários da Pátria e a Cristóvão Colombo; contemplaria os bairros São João e Navegantes com redes de água e esgoto; permitiria que o comércio se expandisse; e facilitaria o escoamento de mercadorias de regiões produtoras para Porto Alegre.¹⁵⁰

Uma carta publicada na edição de 17 de fevereiro discordava das opiniões anteriores, as quais, segundo o signatário, estariam preocupadas apenas com o interesse da prefeitura e da zona que seria servida pela Farrapos, esquecendo o lado moral, higiênico e estético da questão. Para ele, as “picaretas do progresso e da moral” deveriam priorizar a demolição do Beco do Oitavo, “zona de permanente desordem e imundície.” Localizado no “coração da cidade”, proporcionava aos que residiam nas imediações as “scenas mais degradantes que se possam imaginar.” Este leitor argumentou que a demolição dos “sórdidos casebres” do beco custaria bem menos que a abertura da Farrapos; possibilitaria a comunicação entre a

¹⁴⁸ *Correio do Povo*. Porto Alegre: 13 de março de 1938, p. 11 (Domingo)

¹⁴⁹ *Correio do Povo*. Porto Alegre: 6 de fevereiro de 1938, p. 3 (Domingo).

¹⁵⁰ *Correio do Povo*. Porto Alegre: 13 de fevereiro de 1938, p. 11 (Domingo).

Borges de Medeiros e a João Pessoa; transformaria o beco em zona residencial; e descongestionaria o tráfego na rua Avahy, que era muito estreita.¹⁵¹

É preciso ter presente que, à exceção das matérias de interesse do Estado, as publicações precisavam ser autorizadas pelo editor do jornal. As duas manifestações favoráveis à priorização da abertura da Farrapos foram publicadas em edição dominical, o que faz supor um maior número de leitores e uma leitura mais descansada e atenta, indício de que este posicionamento era endossado pelo jornal. O *Correio do Povo* tinha grande circulação no interior do estado e, na condição de via de escoamento das regiões produtoras para Porto Alegre, esta obra interessava particularmente aos ruralistas. A opinião favorável à demolição imediata do Beco do Oitavo foi publicada numa quinta-feira, o que faz supor um número bem menor de leitores e um menor interesse do jornal na sua divulgação.

Ao reassumir o cargo de prefeito, após a demolição do Beco do Oitavo e de dois meses de afastamento “em virtude de grave enfermidade,” Loureiro concedeu entrevista ao *Diário de Notícias*,¹⁵² posicionando-se “a propósito de vários e importantes assuntos que envolvem os interesses da comuna e da população.” Publicada na contracapa da edição de domingo, em espaço e dia considerados nobres, tratava-se de uma resposta oficial às questões apontadas nas cartas publicadas pelo *Correio do Povo*, o que impossibilita identificar o posicionamento do *Diário* neste caso. Sobre a demolição do beco ocorrida 16 dias antes, o Charrua não abordou o aspecto viário da obra, presente nos relatórios mencionados anteriormente, e confirmou a intenção de promover uma *faxina social* no centro da cidade ao dizer que não se justificava a existência de “verdadeiros atentados à estética urbana, [...] porque Porto Alegre bem merece, pelo progresso, outra situação urbanística.”¹⁵³ Acrescentou que a Prefeitura não cogitava a abertura da avenida Farrapos naquele momento, porque não contava com os recursos necessários para as desapropriações. Tampouco as medidas para combater o alto custo de vida haviam sido implementadas, “porque não o permitiram causas imprevistas.”¹⁵⁴

Alguns dias após a entrevista de Loureiro, o *Correio* publicou outra carta em *Queixas do Público*, que revela um visível interesse na conciliação das forças que se manifestaram no

¹⁵¹ *Correio do Povo*. Porto Alegre: 17 de fevereiro de 1938, p. 7 (Quinta-feira).

¹⁵² *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 6 de março de 1938, capa. (Domingo)

¹⁵³ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 6 de março de 1938, capa. (Domingo)

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 6 de março de 1938, capa. (Domingo)

mês de fevereiro e, ao mesmo tempo, parece exercer certa pressão para que a abertura da avenida Farrapos ocorra o mais breve possível. Na opinião do signatário, as duas obras apresentavam um “cunho profundamente humano”, portanto difícil dizer qual seria a mais urgente: “Se o operoso edil da cidade achou inadiável suprimir a chaga que infestava o quasi coração da capital, [...] também vai achar urgente desafogar o tráfego.”¹⁵⁵ Mas o que salta aos olhos é o conteúdo de outra carta publicada na mesma coluna desta edição, na qual o signatário se apresenta como *Um amigo dos infelizes* que é contrário à execução imediata da obra na 3 de Novembro, o que, na minha percepção, é um recado do jornal e reitera o seu posicionamento:

Os embelezamentos de uma cidade causam, às vezes, transtornos gravíssimos. [...] Um povo generoso e hospitaleiro, como o rio-grandense, por tradição, jamais pode conformar-se que se tivesse desabrigado momentaneamente tantas infelizes desprovidas da sorte, como todos aqueles que o destino não deixa progredir. [...] Porto Alegre, abrigo de tantas misérias e necessidades, viveu tantos annos com essa rua que pretendem transformar em avenida, sem que nada prejudicasse. [...] Causas mais úteis e humanas esperam a intervenção tardia e nunca chegada a que todos os anos se expõem os moradores da Ilhota, as dificuldades immensas, mas como não faz parte do órgão central da cidade, não interessa.¹⁵⁶

Na contracapa do *Correio* de 28 de fevereiro de 1938, portanto em espaço *nobre* do jornal, foi publicada uma carta de leitor que questionava o plano de construção do Hospital de Pronto Socorro num momento de dificuldades financeiras, e denunciava que Loureiro havia nomeado o diretor e o chefe do serviço de radiologia antes mesmo de edificar o hospital. Na opinião deste leitor, o que distingue e distancia um administrador de um simples técnico é o senso de conveniência e oportunidade, ou seja, a capacidade de avaliar se determinada obra é mais útil e, portanto, mais necessária que outras. No caso de Porto Alegre, a ampliação dos serviços de abastecimento de água, da rede de esgotos e da assistência à criança seriam as obras mais úteis e necessárias. E alfinetou: “Compreendo os nobres intuitos do sr. Prefeito. S. s. cedeu à ambição de assignalar a sua administração por uma obra de vulto.”¹⁵⁷

Sem pretender aprofundar a questão, analisei as publicações tendo presente que não existe jornalismo isento, e que a imprensa posicionou-se, sempre, em relação aos interesses

¹⁵⁵ *Correio do Povo*. Porto Alegre: 13 de março de 1938, p. 11 (Domingo)

¹⁵⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 13 de março de 1938, p. 11 (Domingo)

¹⁵⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1938, contracapa (Segunda-feira)

de determinados grupos sociais. Todas as cartas publicadas no *Correio do Povo* são muito bem escritas, os autores certamente pertenciam às elites. E, por que não dizer, entre essas vozes estariam adversários políticos de Loureiro e do novo regime.

Conforme Sosa,¹⁵⁸ os jornalistas desse período precisaram fazer verdadeiros malabarismos para transmitir as suas ideias, sem se comprometerem e sem comprometer o jornal. A autora também registra que “tendo em vista a situação de rigorosa censura que vigorou durante o Estado Novo, é compreensível que a derrubada do regime tenha-se iniciado via imprensa.”¹⁵⁹

¹⁵⁸ SOSA, Derocina Alves Campos. Op. cit., p. 46-47.

¹⁵⁹ FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): Imprensa. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRÊS PESOS E TRÊS MEDIDAS

Em meio à profunda crise econômica enfrentada pelo município, José Loureiro da Silva decidiu eliminar o Beco do Oitavo apenas quatro meses após assumir a prefeitura. A questão foi considerada tão urgente, que a demolição dos sobrados ocorreu antes mesmo da completa desocupação pelos moradores, de serem cumpridos os trâmites legais relativos às desapropriações e de estarem garantidos os recursos financeiros necessários para tanto.

Sob o pretexto de modernização da capital gaúcha, os espaços da cidade foram reconfigurados de forma a satisfazer determinados setores da economia porto-alegrense, cuja participação nas decisões referentes à política urbana foi formalizada com a criação do Conselho do Plano Diretor, no final de 1938. A vinculação de interesses públicos e privados estava reforçada naquele momento, uma vez que alguns ocupantes de cargos públicos também eram acionistas majoritários de empresas de loteamento, por exemplo. Na minha percepção, a eliminação do Beco do Oitavo não foi considerada prioridade pelas administrações positivistas, porque ainda existiam áreas *mais nobres* no centro a serem exploradas. Gradualmente, muitos terrenos que antes pareciam afastados passaram a atrair os olhares de especuladores e, no final da década de 1930, o solo ocupado pelo Beco do Oitavo já estava supervalorizado.

As obras de embelezamento e zoneamento das atividades urbanas foram resultado de uma ação conjunta, que pretendeu transformar a capital gaúcha numa “cidade maravilhosa” aos interesses das camadas favorecidas pela nova ordem política, social e econômica. Este processo implicou uma *faxina social* na região central, cujo alvo eram parcelas pobres e estigmatizadas da população, integradas por pessoas consideradas o reverso do cidadão. As prostitutas, os desempregados, os trabalhadores informais, enfim, todos aqueles que não se enquadravam na estrutura familiar idealizada pelo Estado Novo foram perseguidos. Este era o caso dos moradores do Beco do Oitavo, os quais tiveram obliterada qualquer possibilidade de mobilização e de inserção social.

Como mencionado, o discurso oficial de 1940 a 1945 apresentou as reformas na cidade do Recife como uma possibilidade de melhoria das condições de vida do povo, o qual

seria beneficiado com a construção de *moradias populares*. O período abordado neste trabalho foi um pouco diferente. Em 1938, o poder público ainda não concretizara o programa de edificação de casas populares em Porto Alegre, e a justificativa oficial para a imediata demolição do Beco do Oitavo foi, muito além do aspecto viário, a meta de alcançar os padrões de estética e moral de algumas parcelas das elites urbanas. Enquanto a população sofria com o alto custo de vida e a cidade exigia obras nas redes de energia elétrica e saneamento básico, ocorria o *bota-abaixo* na rua 3 de Novembro, “com a intenção de *sanear uma zona no centro da cidade*.”¹⁶⁰ Para Loureiro, não fazia o menor sentido a existência de “verdadeiros atentados à estética urbana,”¹⁶¹ porque, em nome do progresso, Porto Alegre merecia outra situação.

As três primeiras grandes obras do programa de reformas de Loureiro atingiram três diferentes grupos sociais: no Beco do Oitavo, uma população pobre e estigmatizada; na João Pessoa, as classes médias; e na Borges de Medeiros, os proprietários endinheirados e bem relacionados nas esferas do poder. O que aconteceu? Os setores estigmatizados foram desalojados de forma violenta e ilegal, sendo-lhes negado um mínimo de respeito e o direito à cidadania. Aos proprietários e aos moradores pertencentes às camadas médias foi possível o exercício de uma cidadania regulada pelo contexto do Estado Novo, pois pelo menos conseguiram garantir os direitos previstos em lei. Na Borges de Medeiros, o projeto foi alterado para permitir a permanência de um prédio de seis pavimentos construído por um rico comerciante italiano, com uma licença para quatro andares, em terreno cedido pela Prefeitura, a título precário, mediante o compromisso de demolir o edifício quando fosse requerido. Podemos verificar ainda hoje o desalinhamento da fachada do antigo prédio da Casa Guaspari (Anexos II e III). Três pesos e três medidas, que serviram para batizar estas considerações finais.

Sem força policial própria para controlar a cidade, Loureiro conseguiu manter um relativo controle social no âmbito da municipalidade ao reconfigurar o zoneamento de Porto Alegre e as atribuições dos respectivos subprefeitos. Tratou-se de uma estratégia, um mecanismo novo, que contribuiu para a eliminação do Beco do Oitavo no menor tempo

¹⁶⁰ PMPA. RELATÓRIO DA PREFEITURA – EXERCÍCIO 1938. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria, p. 13-14.

¹⁶¹ *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 6 de março de 1938, capa. (Domingo)

possível, com a ajuda dos moradores da vizinha rua Avahy. A *limpeza social* na rua 3 de Novembro valorizou ainda mais aquele solo, garantindo enormes ganhos aos especuladores.

Quando surgiam obstáculos ao andamento do programa de reformas, Loureiro da Silva criava instrumentos legais para restringir ainda mais as possibilidades de resistência e legitimar a atuação do poder público. Após as ações judiciais movidas pelos proprietários da João Pessoa contra a municipalidade, o Charrua sugeriu a Getúlio a edição de um decreto, assinado em 1941, que limitou a possibilidade de contestação judicial pelos proprietários de imóveis, e concentrou ainda mais o poder de decisão no Executivo.

A imprensa foi privada da liberdade de expressão e forçada a apoiar e a propagandear a política do Estado Novo. Mesmo amordaçadas, as empresas jornalísticas conseguiram emitir sinais de sua contrariedade sem chamar a atenção dos censores. O *Correio do Povo*, por exemplo, revelou a existência de vozes dissonantes em relação ao cronograma de obras estabelecido pela administração pública. A escolha da data para a publicação e a hierarquia dada na editoração das opiniões que pretendiam a abertura da avenida Farrapos antes da derrubada do Beco do Oitavo sugerem que o jornal concordava com estas manifestações. O *Correio* pareceu reiterar o posicionamento contrário à priorização do alargamento da 3 de Novembro ao divulgar a carta onde *Um amigo dos infelizes*¹⁶² fala dos tantos anos que Porto Alegre viveu sem que “essa rua que pretendem transformar em avenida” nada prejudicasse, e considera as “dificuldades imensas” a que se expõem os moradores da Ilhota como uma causa mais útil e humana que espera “a intervenção tardia e nunca chegada,” mas “como não faz parte do órgão central da cidade, não interessa”.

Entretanto, na minha percepção, o que confirmou a insatisfação do *Correio* quanto à política urbana de Loureiro da Silva foi a publicação, em destaque, da manifestação relacionada ao Hospital de Pronto Socorro e às necessidades mais prementes naquele momento, entre as quais a ampliação das redes de abastecimento de água e de esgoto. Além disto, foi um ato de coragem do editor divulgar, na contracapa da edição dominical, a denuncia de que Loureiro havia nomeado funcionários antes mesmo da construção do hospital, bem como a provocação do signatário quando diz: “Compreendo os nobres

¹⁶² *Correio do Povo*. Porto Alegre, 13 de março de 1938, p. 11 (Domingo)

intuitos do sr. Prefeito. S. s. cedeu à ambição de assinalar a sua administração por uma obra de vulto.”¹⁶³

Não foi possível identificar o posicionamento do *Diário de Notícias*. A entrevista concedida por Loureiro em resposta ao Correio foi publicada na contracapa de domingo, portanto em destaque, mas tratava-se de uma resposta oficial.

A historiografia do período também teve um papel importante na divulgação e legitimação das reformas, exemplificado pela manobra política que envolveu a polêmica da data de fundação da cidade. Da mesma forma, os relatórios apresentados pelo interventor podem ser encarados como instrumentos de propaganda, cujo objetivo foi exaltar e perpetuar a imagem de José Loureiro da Silva como o grande responsável pela transformação de Porto Alegre em uma metrópole “*digna do Brasil novo*”.

Os planos diretores atuais continuam autoritários e excludentes. No atual momento de busca de recursos para as obras destinadas à viabilização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, surgem novos planos de urbanização, rebatizados como “planos de mobilidade urbana”. A mobilidade urbana, assim definida pelas autoridades governamentais, envolve a abertura de grandes avenidas, o alargamento de outras tantas e a disponibilização em locais estratégicos de unidades hoteleiras, a fim de receber a grande quantidade de turistas esperados. Conforme editorial d’*O Globo* na edição de 6 de outubro de 2011, a Copa do Mundo e as Olimpíadas seriam “a chance de o Rio enfrentar desafios impostos pela ocupação anárquica.”¹⁶⁴ E a questão que surge é: *Quem* define o que é ou não *ocupação anárquica*? Seguindo a linha de argumentação do jornal, os moradores das mais de mil favelas do Rio de Janeiro seriam fruto da *indústria de ocupações ilegais* e não do déficit de moradias para a população de baixa renda.

A urbanista, professora da USP e relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik,¹⁶⁵ afirma ter recebido denúncias de despejos, remoções e desalojamentos de moradores, com violações dos direitos humanos, nas cidades que

¹⁶³ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1938, contracapa (Segunda-feira)

¹⁶⁴ *Jornal O Globo*. Editorial de 06 de outubro. Apud: INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Observatório das Metrópoles. A quem interessam as remoções no Rio? 11 de outubro de 2011, in:<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=56:a-quem-interessam-as-remo%C3%A7%C3%B5es-no-rio?&Itemid=165&lang=en>>

¹⁶⁵ ONU denuncia violação de direitos humanos na remoção de famílias em obras da Copa e Olimpíadas. In: REDE GLOBO, *Jornal das Dez*, 27 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?hl=en&v=fik1mximZ6o&gl=US>>

sediarão a Copa do Mundo. Segundo a relatora, as denúncias abrangem São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, *Porto Alegre*, Recife, Natal e Fortaleza. O que se observa nas cidades que sediarão jogos da Copa são obras destinadas a atender aos interesses de poucos que possuem muito, em detrimento das necessidades de muitos que possuem pouco, pertencentes a parcelas da população tratadas de forma desigual ao longo de todo o regime republicano.

Em Porto Alegre existem pelo menos três grandes projetos em andamento, que implicam a remoção de grupos populares dos seus locais de moradia: a Vila Dique, para ampliação da pista de pouso do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a Vila Tronco, para alargamento e urbanização da chamada avenida Tronco; e o Morro Santa Teresa, envolvendo a venda de área ocupada por moradores e pela Fundação de Assistência Sócio-Educativa (FASE) – do governo do estado. A relatora da ONU comenta a aprovação de lei complementar que altera o Plano Diretor de Porto Alegre, e faz uma denúncia:

O que aconteceu em Porto Alegre mostra, na verdade, que a Copa de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários.¹⁶⁶

O que Loureiro da Silva tem a ver com isto, afinal de contas? Ora, o conceito de cidadania e os direitos dos cidadãos mudaram nos últimos 73 anos, e parece-nos inadmissível hoje uma aparição como a do Charrua na remoção forçada de uma comunidade. Apesar de estarmos em momento político mais favorável, vejamos o recente depoimento de um morador da comunidade da Restinga, no Rio de Janeiro (em tradução livre):

Às 10 horas da manhã havia máquinas, policiais, tropas de choque, fortemente armados e começaram a esvaziar as casas. Se alguém se recusasse a sair, chamavam a escavadeira e quebravam a porta. Os policiais entravam em sua casa, o arrastavam para fora e depois a demoliam.¹⁶⁷

¹⁶⁶ ROLNIK, Raquel. Em Porto Alegre, Copa 2014 vira justificativa para qualquer alteração urbanística. *Blog da Raquel Rolnik*: 15/12/2010. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/12/15/em-porto-alegre-copa-2014-vira-justificativa-para-qualquer-alteracao-urbanistica/>>

¹⁶⁷ Em inglês no original: “At 10 am there were machines, Police officers, riot forces, with large weapons and they started emptying out the houses. If someone refused to leave they would take the bulldozer and start breaking down the door. The officers would come into your house, take you out by force and then demolished it”. AMNESTY INTERNATIONAL. Brazil: forced evictions must not mar Rio Olympics. News, 14/11/2011. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/news/brazil-forced-evictions-must-not-mar-rio-olympics-2011-11-14#.TsGHsVf3Hzg.facebook>

A partir das discussões suscitadas durante a elaboração da Constituição de 1988, a palavra cidadania e seus significados foram incorporados ao vocabulário corrente. A democracia no Brasil ainda é jovem, existe um longo caminho para que amplas parcelas da população tenham acesso ao exercício pleno da cidadania, de forma a permitir a sua mobilização para reivindicar e buscar a solução para os seus problemas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1ºout1937 a 30abr1938. (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa)

Jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1ºout1937 a 30abr1938. (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa)

ANNAES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - 1937. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1ª Sessão da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente - 18mar1937. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

BOLETIM MUNICIPAL: 1º semestre de 1939. SILVA, José Loureiro. Ano I, nº 1, vol. 1. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal, s/d.

LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro de 1917 a outubro de 1924. Porto Alegre: A Federação, 1930. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro a dezembro de 1937. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1938. Lei nº 347, de 19mar1937: aprova o termo de comodato e de responsabilidade entre a Prefeitura e Raphael Guaspary. (JOSINO BRASIL, prefeito interino – gestão Alberto Bins) P. 12. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

LEIS, DECRETOS, ACTOS E RESOLUÇÕES: período de janeiro a dezembro de 1938. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939. Decreto nº 13, de 8mar1938: aprova o plano de alargamento da rua 3 de Novembro e decreta a desapropriação dos prédios nele compreendidos; Decreto nº 23, de 28jun1938: declara urgência da desapropriação dos prédios compreendidos no plano de alargamento da rua 3 de Novembro. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

PMPA. *Relatório da Prefeitura – exercício 1938*. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria, p. 162-163. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

PMPA. Secretaria de Obra e Viação – Correspondência expedida, 1938-1942. Ofício nº 129, de 17 de fevereiro de 1938, que comunica à Cia. de Energia Elétrica a data da demolições e solicita o corte da luz e a retirada dos contadores da rua 3 de Novembro.

RELATÓRIO DA PREFEITURA – EXERCÍCIO 1938. Relatório apresentado por José Loureiro da Silva ao interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

SILVA, José Loureiro da. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943. (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV)

Sites na internet

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *A quem interessam as remoções no Rio?* Site Observatório das Metrópoles, 11 de outubro de 2011, disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=56:a-quem-interessam-as-remo%C3%A7%C3%B5es-no-rio?&Itemid=165&lang=en>>

REDE GLOBO. *Jornal das Dez*, 27 de abril de 2011. *ONU denuncia violação de direitos humanos na remoção de famílias em obras da Copa e Olimpíadas*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?hl=en&v=fik1mximZ6o&gl=US>>

ROLNIK, Raquel. Em Porto Alegre, Copa 2014 vira justificativa para qualquer alteração urbanística. *Blog da Raquel Rolnik*: 15/12/2010. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/12/15/em-porto-alegre-copa-2014-vira-justificativa-para-qualquer-alteracao-urbanistica/>>

AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: forced evictions must not mar Rio Olympics*. News, 14/11/2011. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news/brazil-forced-evictions-must-not-mar-rio-olympics-2011-11-14#.TsGHsVf3Hzg.facebook>>

Bibliografia

BAKOS, Margaret. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 101.

BRAGA, Sander Bernardo. *A continuidade na descontinuidade: o governo do prefeito José Loureiro da Silva em Porto Alegre durante o Estado Novo (1937-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS. Porto Alegre: 2002.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 107-143, 2003.

CARREIRA, Maria Antonia Stumpf. *Cidade, imprensa e arquitetura: as crônicas e os debates de modernização em Porto Alegre, 1928-1937*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) USP. São Carlos: 2005. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&lang=pt-br&id=E7A4211A2DBE

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERONI, Giovani Costa. *A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. Dissertação (Mestrado em História) PUCRS. Porto Alegre: 2009, p. 42. Disponível em: <http://verum.pucrs.br/ppgh>

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): Constituição de 1937. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>

FGV/CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): Imprensa. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

FRANCO, Sergio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A velha Porto Alegre: crônicas e ensaios*. Porto Alegre: Canadá, 2008.

HERÉDIA, Vania. *A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s3a7.pdf>

KERSTING, Eduardo. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre. A Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, 1998.

MACEDO, Francisco Riopardense. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau(org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*, v.3, p.131-214. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MAROCCO, Beatriz. Os corpos e o jornal. *InTexto*. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2006/01, nº 14. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/n14/a-n14a3.htm>> Acesso em: nov. 2007

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004

MAZERON, Gaston Hasslocher. Reminiscências de Porto Alegre: a Cidade Baixa não existe mais. *Almanaque do Correio do Povo*. Porto Alegre: 1949. Disponível em: <http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cidadebaixa/usu_doc/cidade_baixa_cp_1949.pdf>

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro: vol. 13, nº 26, p. 15-31, jan 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/sumarios2.php> Acesso: abril 2010.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E a rua não é do rei: morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre século XX. In: HAGEN, Acácia e MOREIRA, Paulo (org). *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995, p. 51-96.

PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da. *Os vigilantes da ordem: guarda, cachaça e meretrizes*. Porto Alegre: Oficina da História, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e Região: diálogos do “mesmo” e do “outro”. (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: *História Cultural, Experiências de Pesquisa. Brasil e Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 27, nº 53, jun 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. *Revista Brasileira de História*, 1999, vol. 19, nº 37, p.195-216. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso.

PESAVENTO, Sandra. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

RUDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. In: GERTZ, René. *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*, v. 4, p. 360. Passo Fundo: Méritos, 2007

RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: patrocinado pela Prefeitura Municipal na comemoração da XII Semana de Porto Alegre, 1971.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, 2ª ed.

SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Tese (Doutorado em História) PUCRS. Porto Alegre: 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=14770

SPALDING, Walter. *Pequena História de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>> Acesso em: nov. 2007.

WASSERMAN, Claudia. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

WEIMER, Günter. *Projeto Inédito de Friedrich Heydtmann*. Porto Alegre: IHGRS, s/d. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos.htm>

ANEXO I



Mapa atual com a localização do Beco e do Quartel do Oitavo, Beco do Jacques, rua Lima e Silva, Praça Argentina e Escola de Engenharia. Obtido através do aplicativo *Google Earth* em 15 de novembro de 2011.

ANEXO II



Edifício das Casas Guaspari, avenida Borges de Medeiros, anos 1940. Retirado da rede social Facebook, Perfil: Porto Alegre (fotos antigas), álbum: Vintage Porto Alegre, foto 157. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=224055574328189&set=a.223820317685048.54472.223651877701892&type=3&theater>



Entrada do Beco do Oitavo. Retirado de: PESAVENTO, Sandra. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992, p. 43.

ANEXO III



Mapa atual demonstrando o desalinhamento da fachada do prédio da antiga Casa Guaspari quanto à avenida Borges de Medeiros e rua José Montauray. Obtido através do aplicativo *Google Earth*, em 15 de novembro de 2011.